

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 117/2025
Data: 18/08/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CAI 27% NO BRASIL EM JULHO, MAS RECEITA CRESCE ANTES DO TARIFAÇO DE TRUMP	4
TRANSPORTE DE CELULOSE AO PORTO DE SANTOS UTILIZA DOIS MODAIS; CONHEÇA	5
EMPRESA COMPLETA UM ANO EM SANTOS E QUER TRAZER NOVAS TECNOLOGIAS PARA O PORTO	7
PORTO DE SANTOS INICIA RETIRADA DE ROCHAS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO AINDA ESTE ANO, DIZ APS	8
FORMAÇÃO PROFISSIONAL IMPULSIONA TRABALHO DAS MULHERES NOS PORTOS	8
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO RECEBE SELO PRATA POR GESTÃO DE EMISSÕES	10
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	11
PORTOS DA BAHIA TERÃO LEILÃO COM PREVISÃO DE R\$ 9 BILHÕES EM APORTES	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
CARGAS DE MINÉRIO, PETRÓLEO E SOJA FORTALECEM ECONOMIA DO NORDESTE NO 1º SEMESTRE	12
CONCESSÕES NO SETOR DE PORTOS SOMAM R\$ 30 BILHÕES EM INVESTIMENTOS	14
PORTAL PORTO GENTE	16
MODERNIZAÇÃO DA RODOVIA PADRE MANOEL DA NÓBREGA VAI GERAR EMPREGOS E IMPULSIONAR LOGÍSTICA NA REGIÃO	16
CNL CONSTRÓI NOVA BASE DE SERVIÇO DE APOIO AO USUÁRIO	17
ACORDO INTERNACIONAL É ASSINADO NA CONCLUSÃO DA X REUNIÃO DA REDE SPAA NA COLÔMBIA	17
DERROCAGEM NO PORTO DE SANTOS: DTA ENGENHARIA LIDERA ETAPA CRUCIAL PARA APROFUNDAMENTO DO CANAL	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL – TECNOLOGIA E GESTÃO AMBIENTAL	20
NACIONAL - HUB – CURTAS- FRENTES PARLAMENTARES DEFENDEM APROVAÇÃO DA PEC DAS AGÊNCIAS	21
<i>PEC das Agências</i>	21
<i>Fiscalização</i>	21
<i>“Relação promíscua”</i>	21
<i>Vergonha</i>	21
<i>Colisão</i>	21
NACIONAL - ALCKMIN DIZ QUE MEDIDAS CONTRA TARIFA DOS EUA NÃO TERÃO IMPACTO FISCAL	21
NACIONAL - CONSULTA PÚBLICA VOLTA A DISCUTIR FREE FLOW EM RODOVIAS FEDERAIS	23
NACIONAL - INDÚSTRIA AUTOMOTIVA GANHA REFORÇO COM CHEGADA DA GWM AO BRASIL	24
NACIONAL - PETROBRAS BATE RECORDE COM PLATAFORMA NO PRÉ-SAL E ATINGE 225 MIL BARRIS/DIA	25
REGIÃO SUL - PORTOS DE SANTA CATARINA TÊM O MELHOR SEMESTRE DO SUL	26
REGIÃO SUL - CAMPO MOURÃO GANHA NOVA PISTA E TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO	27
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO RECEBE SELO PRATA POR GESTÃO DE EMISSÕES	29
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - INCLUIR, EM TEMPOS EM QUE AS DIVERSIDADES NÃO PARAM DE AUMENTAR	30
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A BRASKEM DE VOLTA À ORIGEM?	32
BAHIA ECONÔMICA - BA	34
INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS INJETA MAIS DE R\$ 325 BI POR ANO NAS CONTAS PÚBLICAS	34
NORDESTE LIDERA RANKING NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM 2025; CONFIRA	35
JORNAL O GLOBO – RJ	35
PRODUTORES DE CAFÉ SE REÚNEM COM DEPARTAMENTO DE ESTADO E PEDEM PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA NOS EUA	35
EMBRAER SE DEFENDE DE INVESTIGAÇÃO DE ÓRGÃO AMERICANO E DIZ QUE TARIFAS SERIAM CONTRA INTERESSE DOS EUA	37
REFORMA ADMINISTRATIVA PREVÊ FIM DAS FÉRIAS DE 60 DIAS E LIMITE DE TRABALHO REMOTO A UM DIA PARA SERVIDORES	38
CNI ENVIA DEFESA AOS EUA E PEDE USO DE CANAIS DE COOPERAÇÃO EXISTENTES PARA RELAÇÃO COMERCIAL JUSTA	39
VPORTS DOBRA CAPACIDADE PARA NAVIOS PANAMAX EM COMPLEXO PORTUÁRIO DE VITÓRIA	41
EQUIPE ECONÔMICA TEME DESACELERAÇÃO EXCESSIVA DO PIB POR CAUSA DOS JUROS	41
AÇÕES DA RAÍZEN DISPARAM 16% APÓS NOTÍCIA DE ESTUDO DE INVESTIMENTO PELA PETROBRAS	42
BRASIL SE PREPARA PARA APROVEITAR A ÚNICA BRECHA DE NEGOCIAÇÃO COM OS EUA. MAS TAMBÉM HÁ RISCOS	43
O QUE É A SEÇÃO 301? ENTENDA A INVESTIGAÇÃO DE TRUMP E O QUE PODE ACONTECER COM O BRASIL	44
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	46
TRUMP, ZELENSKI E EUROPEUS DISCUTEM GARANTIAS DE SEGURANÇA E CÚPULA COM PUTIN PARA DETER A GUERRA	46
GOVERNO TRUMP DIZ QUE MORAES É ‘TÓXICO’ E REAGE À DECISÃO DE DINO PARA BLINDAR COLEGA DO STF	48
TARCÍSIO DEFENDE O FIM DO CONTRATO COM A ENEL E SEPARAÇÃO DA CONCESSÃO EM DOIS BLOCOS	49
INVESTIGAÇÃO CONTRA O BRASIL: EMBRAER E ASSOCIAÇÕES SE DEFENDEM DE ACUSAÇÕES FEITAS PELOS EUA	51



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 117/2025
Página 3 de 61
Data: 18/08/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

BRASIL ENTREGA RESPOSTA À JUSTIÇA DOS EUA; DIZ QUE NÃO ADOTA PRÁTICAS DESLEAIS NO COMÉRCIO BILATERAL	52
PETROBRAS: GLP ESTÁ SE TRANSFORMANDO EM NEGÓCIO ALTAMENTE LUCRATIVO E QUEREMOS PARTICIPAR, DIZ CEO	53
VALOR ECONÔMICO (SP)	54
CRIMEIA: ONDE FICA, QUEM CONTROLA E POR QUE A PENÍNSULA OPÕE RÚSSIA E UCRÂNIA	54
TARIFAÇÃO DOS EUA PODE CAUSAR PERDA DE MAIS DE 726 MIL EMPREGOS NO BRASIL, PROJETA DIEESE	56
PETRORECONCAVO ASSINA CONTRATO COM DISLUB PARA SERVIÇOS NO PORTO DE PECÉM	56
EXPLORAÇÃO DE ÁREA COMERCIAL DE AEROPORTOS TERÁ NOVAS REGRAS	57
PORTAL PORTOS E NAVIOS	59
WILSON SONS ADERE A INVENTÁRIO MAIS RIGOROSO SOBRE GASES DO EFEITO ESTUFA	59
OCEANPACT FIRMA CONTRATOS DE R\$ 3,2 BILHÕES COM PETROBRAS PARA AFRETAMENTO DE 4 RSVs	59
PETROBRAS TEM AO MENOS 3 PLATAFORMAS NO RADAR PARA REAPROVEITAMENTO	60
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CAI 27% NO BRASIL EM JULHO, MAS RECEITA CRESCE ANTES DO TARIFAÇO DE TRUMP

Diminuição ainda não tem relação com tarifaço e setor trabalha para tentar reverter medida dos Estados Unidos

Por ATribuna.com.br 17 de agosto de 2025



Cafés são embarcados em navios principalmente em contêineres; Porto de Santos continua como o principal exportador, com 80,4% do total (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

Relatório divulgado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) mostra que o País embarcou 2,733 milhões de sacas de 60 kg do produto em julho, primeiro mês do ano safra 2025/26. O total significa uma queda de 27,6% na comparação com o mesmo mês de 2024. Já a receita cambial foi recorde para meses de julho, com o ingresso de US\$ 1,033 bilhão, crescimento de 10,4% no

comparativo anual.

No acumulado dos sete primeiros meses de 2025, a exportação de café do Brasil recuou 21,4% na comparação com o mesmo período do ano passado, com os embarques caindo de 28,182 milhões de sacas para 22,150 milhões. A receita, por sua vez, cresceu 36% ante o obtido entre janeiro e julho de 2024, alcançando o recorde para o período, de US\$ 8,555 bilhões.

“Uma redução nos embarques já era aguardada neste ano, uma vez que tivemos exportações recordes em 2024. Estamos com estoques reduzidos e uma safra sem excedentes, com o potencial produtivo total impactado pelo clima. No que se refere à receita cambial, ainda surfamos a onda dos elevados preços no mercado internacional, que reflete o apertado equilíbrio entre oferta e demanda ou mesmo um leve déficit na disponibilidade”, explica Márcio Ferreira, presidente do Cecafé.

Portos

O Porto de Santos continua como o principal exportador dos cafés do Brasil em 2025, com o embarque de 17,809 milhões de sacas e representatividade de 80,4% nos sete primeiros meses do ano. Na sequência, vêm o complexo portuário do Rio de Janeiro, que responde por 15,5% ao enviar 3,429 milhões de sacas ao exterior, e o Porto de Paranaguá (PR), que exportou 208.950 sacas e tem representatividade de 0,9%.

Os Estados Unidos seguem como o maior comprador dos cafés do Brasil no acumulado dos sete primeiros meses de 2025, com a importação de 3,713 milhões de sacas, o que corresponde a 16,8% dos embarques totais, apesar de apresentar declínio de 17,9% na comparação com o adquirido entre janeiro e julho de 2024.

“Até julho, não observamos de fato o impacto do tarifaço de 50% do governo dos Estados Unidos imposto para a importação dos cafés do Brasil, já que a vigência da medida começou em 6 de agosto”, explica Ferreira.

Segundo ele, a partir de agora, as indústrias americanas estão em compasso de espera. “Pois possuem estoque por 30 a 60 dias, o que gera algum fôlego para aguardarem um pouco mais as

negociações em andamento. Porém, o que já visualizamos são eventuais pedidos de prorrogação, que são extremamente prejudiciais ao setor”, comenta.

Tipos do produto

Nos primeiros sete meses de 2025, o café arábica foi a espécie mais exportada pelo Brasil, com o envio de 17,940 milhões de sacas ao exterior. Esse montante equivale a 81% do total, ainda que implique queda de 13,3% frente a idêntico intervalo antecedente. O segmento do café solúvel veio na sequência, com embarques equivalentes a 2,229 milhões de sacas (10,1% do total), seguido pela espécie canéfora (conilon + robusta), com 1,949 milhão de sacas (8,8%), e pelo setor industrial de café torrado e torrado e moído, com 31.755 sacas (0,1%). Os cafés que têm certificados de práticas sustentáveis ou qualidade superior responderam por 21,5% das exportações totais brasileiras entre janeiro e julho de 2025, com a remessa de 4,759 milhões de sacas ao exterior. Esse volume é 8,8% inferior ao aferido no acumulado dos primeiros sete meses do ano passado.

Ações

O Cecafé afirma continuar o trabalho para alcançar, junto ao governo brasileiro, aos pares do setor privado norte-americano e a outros canais pertinentes nos Estados Unidos, o entendimento para que os cafés do Brasil entrem na lista de isenção do tarifaço, uma vez que o produto não é cultivado em escala no país parceiro.

“E por desempenhar papel fundamental na economia dos EUA, na satisfação dos consumidores locais e pelo fato de os dois países possuírem uma relação de interdependência, com o Brasil sendo o maior produtor e exportador mundial e o líder no fornecimento de café ao país do Hemisfério Norte, e os Estados Unidos ocupando o posto de maior importador e consumidor global, além de principal destino do produto brasileiro”, afirma, em nota, o Cecafé.

Para o presidente da entidade, não se pode sacrificar uma relação comercial construída em favor da cafeicultura. “Nossa história é muito maior do que o momento que estamos vivendo e, com pragmatismo e diplomacia, devemos negociar em favor dos dois lados. Ao longo da história do crescimento da economia brasileira, o café sempre esteve à frente de seu tempo, não somente em números, mas desempenhando um papel social”, diz ele.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/08/2025

TRANSPORTE DE CELULOSE AO PORTO DE SANTOS UTILIZA DOIS MODAIS; CONHEÇA

Companhias buscam melhor custo-benefício

Por Bárbara Farias 17 de agosto de 2025



Entre 90 e 95% da celulose produzida pela Bracell é escoada em ferrovia para a exportação por Santos (Divulgação/Bracell)

O cluster (conjunto de empresas) de celulose localizado na Margem Direita do Porto de Santos abriga três terminais inteiramente dedicados à movimentação da commodity. Dois deles, a Bracell e a Suzano, transportam o produto da fábrica até os terminais por ferrovia, enquanto a Eldorado Brasil utiliza o modal rodoviário, ou seja, caminhões. A Tribuna ouviu dirigentes de dois dos três terminais para conhecer o plano logístico de cada uma para escoar a celulose até Santos otimizando as operações e o custo-benefício.

Gerente sênior de Logística da Bracell, Rubens Rigueira explicou que a companhia possui um sistema intermodal. “A celulose é transportada por caminhões bitrem da fábrica em Lençóis Paulista (SP) até o terminal intermodal rodoferroviário em Pederneiras (SP), onde são carregados os vagões com destino ao Terminal Portuário da Bracell em Santos”.

Rigueira disse que entre 90 e 95% da celulose produzida na fábrica é escoada para Santos por ferrovia, alcançando uma média diária de 7,7 mil toneladas. Ao todo, a Bracell possui 530 vagões que são operados por locomotivas da operadora ferroviária MRS Logística. “A operação logística da Bracell tem foco em eficiência, inovação e sustentabilidade. Por isso, optamos pelo modelo intermodal de logística, aproveitando os benefícios, disponibilidade e facilidades de cada tipo de transporte”, comentou o executivo em relação ao custo-benefício da integração dos modais rodoviário e ferroviário.

Frota elétrica

A empresa deu início à transição para caminhões elétricos em 2023. Em 2024, 33,2 mil toneladas de celulose foram transportadas por frota elétrica, rodando 91,5 mil quilômetros.

“A iniciativa, ainda em fase experimental, contribui para a redução das emissões de gás de efeito estufa (GEE) em nossa logística e utiliza energia renovável gerada no próprio processo industrial”, detalha Rigueira.

Eldorado transporta a produção por caminhões

A Eldorado Celulose escoar hoje toda a produção por caminhões. Embora possua infraestrutura para operar com trens, a migração só ocorrerá se o custo-benefício superar o do modal rodoviário, explica o diretor de Logística do terminal no Porto de Santos, Flavio da Rocha Costa. “Não faz sentido migrar para a ferrovia para pagar o mesmo ou mais caro. Vendemos commodity e o preço é ditado pelo mercado, então precisamos reduzir custos para aumentar a rentabilidade”.



A Eldorado tem capacidade para exportar até 3 milhões de toneladas pelo terminal no cais santista (Divulgação/Eldorado Brasil)

Costa disse que a fábrica despacha, em média, 150 caminhões por dia, dividindo as cargas entre Santos e outros portos do Sul do País. “De 70 a 80 caminhões têm Santos como destino diário”.

Estrutura pronta

O diretor de Logística explicou que, há dois anos, a companhia inaugurou o terminal com capacidade para receber 72 vagões e que mantém negociações com operadoras ferroviárias, mas ainda sem acordo fechado. “Temos duas opções: reativar a rota via Aparecida do Taboado (MS) ou via hidrovia até Pederneiras (SP). Estamos avaliando qual oferece melhor competitividade”, afirma.

Paralelamente, a empresa obteve autorização do Governo Federal para construir um ramal ferroviário de 90 quilômetros ligando a fábrica, em Três Lagoas, à Aparecida do Taboado, ambas no Mato Grosso do Sul.

O projeto executivo já foi concluído e a fase de desapropriação finalizada. A escolha da construtora está em andamento e a conclusão da obra ainda não tem previsão. Quando concluído, o ramal permitirá o embarque direto para Santos sem transbordo. Ainda assim, Costa garantiu que o modal rodoviário continuará sendo usado. “Na logística, precisamos de plano A e B. Se houver problema na ferrovia, o caminhão entra em ação. E o contrário também vale.”

Expansão

A Eldorado tem capacidade atual de produção de 1,8 milhão de toneladas de celulose por ano, com escoamento máximo de 3 milhões de toneladas pelo terminal de Santos. O projeto de expansão prevê elevar a produção para 4,5 milhões de toneladas, destinando 3 milhões para Santos e o restante para mercado interno, América Latina e portos do Sul.

No cenário portuário, a companhia mantém diálogo com concorrentes como Suzano e Bracell para otimizar operações e reduzir custos logísticos. “Competimos comercialmente lá fora, mas aqui dentro (do Porto) precisamos, muitas vezes, atuar em conjunto para ganhar eficiência”, frisou.

Suzano A Tribuna procurou a Suzano, mas a companhia não se manifestou.

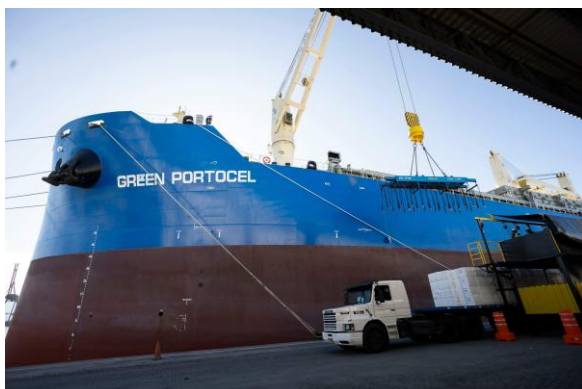
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/08/2025

EMPRESA COMPLETA UM ANO EM SANTOS E QUER TRAZER NOVAS TECNOLOGIAS PARA O PORTO

Portocel completou um ano no Terminal 32

Por Nicollas Felix 17 de agosto de 2025



Empresa atingiu 22,3 mil toneladas de celulose embarcadas em 24h (Divulgação)

A Portocel completou neste mês um ano de atuação no Terminal 32 (T32) do Porto de Santos. A operadora, responsável pelo embarque de parte da celulose produzida pela Suzano no Brasil, avalia implementar novas tecnologias no cais santista, conforme a gerente de Estratégia, Gestão e Novos Negócios da empresa, Valéria Becalli, disse para A Tribuna.

Com atuação em Aracruz (ES) há 47 anos, a empresa capixaba conta com tecnologias no Espírito Santo que podem aumentar a produtividade e a segurança nas operações santistas. “Já aplicamos em Aracruz tecnologias como spreader automático (equipamento utilizado para levantar e movimentar contêineres ou cargas), calado dinâmico (sensores que calculam a profundidade em tempo real), rota homologada para veículo autônomo e projeto de visão computacional com inteligência artificial. Estamos avaliando a possibilidade de levar algumas dessas soluções para Santos”, conta Valéria.

Durante o primeiro ano no T32, a Portocel, que conta com 61 funcionários na região, alcançou algumas marcas. “Destacam-se as 22,3 mil toneladas de celulose embarcadas em 24 horas e a descarga simultânea de até 44 vagões, com picos de 16 vagões por hora na recepção de carga”, diz a gerente.

“O desempenho registrado já no primeiro ano demonstra que estamos prontos para atender às demandas mais desafiadoras com agilidade e confiabilidade”, afirma Valéria. Além disso, ela conta que o trabalho da empresa gera benefícios para toda a cadeia logística, conectando produção e mercados internacionais com desempenho consistente.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/08/2025

PORTO DE SANTOS INICIA RETIRADA DE ROCHAS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO AINDA ESTE ANO, DIZ APS

Contrato para derrocagem no canal do Porto foi assinado
Por Bárbara Farias 16 de agosto de 2025



A derrocagem é indispensável ao trabalho de aprofundamento do canal aquaviário para 16 metros (Alexsander Ferraz/AT)

Os serviços de derrocagem (retirada de rochas) no canal de navegação do Porto de Santos têm previsão de início ainda este ano, sem data definida. A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a DTA Engenharia assinaram o contrato na última segunda-feira, mas é preciso expedir a ordem de serviço e aprovar os projetos básico e executivo.

A derrocagem é indispensável para o aprofundamento do canal aquaviário para 16 metros. Um estudo recebido pela APS identificou 31 pontos rochosos existentes na entrada, no meio (em frente ao Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais) e no final do estuário, próximo à Ilha Barnabé, além de áreas de acesso e berços de atracação.

Segundo a administração portuária, a DTA assinou um contrato válido por 18 meses se responsabilizando pela elaboração dos projetos básico e executivo e a retirada do material rochoso cujo volume é estimado em 10 mil metros cúbicos (m³). O investimento é de aproximadamente R\$ 17 milhões. A obra já conta com licenciamento ambiental.

De acordo com a APS, saindo a ordem de serviço, o projeto básico deverá ser apresentado em até dois meses e o executivo um mês após a aprovação do projeto básico. Já a execução da obra tem prazo de quatro meses.

Quanto ao planejamento da APS para mitigar impactos na navegação pelo canal durante a execução da obra, a estatal informou que “a intenção é que o derrocamento cause o menor impacto possível no funcionamento do Porto e foram previstas condições para isso na contratação”.

A gestora do Porto esclareceu ainda que nos casos de extração de rochas que necessite a interdição total do tráfego aquaviário no canal, “deverão ser consideradas janelas operacionais diárias de, no máximo, oito horas, priorizando-se os períodos de baixa-mar. Já para atuação nos pontos mais próximos às estruturas de cais, deverá ser prevista utilização de parque de equipamentos capaz de deslocar-se com a devida agilidade, sempre que necessário, de forma a não comprometer a atracação e desatracação de navios nos berços adjacentes”.

O presidente da APS, Anderson Pomini, afirmou que o derrocamento abre caminho para que o Porto tenha, numa segunda etapa, 17 metros de profundidade. “Essa obra é mais um avanço para o Porto de Santos. Na sequência, poderemos aumentar a profundidade para 17 metros, o que nos trará a tranquilidade definitiva para recebermos, a qualquer hora do dia ou da noite, os maiores navios do mundo”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 16/08/2025

FORMAÇÃO PROFISSIONAL IMPULSIONA TRABALHO DAS MULHERES NOS PORTOS

Presença feminina cresce no setor portuário com apoio da educação, capacitação e políticas de inclusão

Por Lyne Santos 16 de agosto de 2025



Profissões historicamente dominadas por homens têm se tornado mais acessíveis para as mulheres, como funções operacionais nos portos (Divulgação/Santos Brasil)

As áreas de educação, saúde e serviços sociais continuam sendo as mais ocupadas por mulheres no mercado de trabalho. No entanto, profissões historicamente dominadas por homens, como as do setor portuário, têm se tornado, aos poucos, mais acessíveis a elas. Esse avanço acompanha movimentos globais por diversidade, equidade de

gênero e inclusão.

Apesar dos progressos, ainda faltam incentivos para que mulheres se sintam seguras ao buscar posições em ambientes predominantemente masculinos, como a operação de um portêiner, por exemplo. Nesse contexto, instituições de ensino, entidades do setor e, principalmente, as próprias profissionais vêm reescrevendo essa história, em que termos como “assédio” e “preconceito” vão sendo substituídos por “respeito” e “inclusão”.

“Hoje, todas as funções oferecem oportunidades para qualquer gênero. As áreas administrativas ainda são mais receptivas, mas o avanço na participação feminina em cargos operacionais tem sido notável, impulsionado pela tecnologia e pela ampliação de vagas”, afirmou a advogada, professora e coordenadora do Núcleo de Estudos Portuários e Marítimos (Nepomt) da Universidade Santa Cecília (Unisantia), Maria Cristina Gontijo.

Pioneira em diversas frentes, Maria coordenou o Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep) e participou da organização do primeiro concurso do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), que habilitou a primeira mulher consertadora de carga do Porto de Santos. “Hoje, vemos mulheres atuando como técnicas de segurança do trabalho, amarradoras, operadoras de portêiner, motoristas de pá-carregadeira e em outras funções operacionais que antes eram exclusivamente masculinas”, destacou.

Ela menciona ainda o crescimento da presença feminina apontado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O estudo revelou que as mulheres representam 17,8% dos empregos no setor portuário nacional. Os dados foram apresentados em maio, na sede do Grupo Tribuna, durante o lançamento do projeto Mulheres a Bordo. “A inserção das mulheres se tornou uma questão de política pública e deve ser acompanhada por mecanismos de governança”, reforçou.

Maria destaca o papel fundamental da educação nesse processo de transformação. O Nepomt desenvolve pesquisas voltadas à sustentabilidade, inovação e à relação porto-cidade, com equipes interdisciplinares formadas por estudantes da graduação e pós-graduação, pesquisadores e professores, muitos deles mulheres.



“Hoje, todas as funções oferecem oportunidades para qualquer gênero. As áreas administrativas ainda são mais receptivas, mas o avanço na participação feminina em cargos operacionais tem sido notável”. Maria Cristina Gontijo; Advogada e professora (Vanessa Rodrigues/AT)

A presença delas nos cursos e estágios ligados ao setor também tem aumentado. “Percebo um crescimento no número de estagiárias em empresas de navegação, departamentos jurídicos e escritórios especializados. No curso de Engenharia, muitas já

saem empregadas após o estágio, sobretudo em empresas ferroviárias e logísticas ligadas ao porto”, explica Maria.

Universidades e escolas técnicas têm começado a adaptar seus currículos e metodologias para incentivar a presença feminina em setores como o portuário.

Além da qualificação técnica, competências comportamentais também são fundamentais. “Escuta ativa, boa comunicação, respeito, responsabilidade e firmeza são essenciais no cais, que exige atenção total. Uma distração pode comprometer toda a operação. Não importa o gênero, todos precisam estar preparados”, ressaltou.

A Unisantia também promove a conexão direta entre alunas e o mercado. A universidade mantém parcerias com empresas do setor, o Cenep, e realiza anualmente a Feira de Empregabilidade, aproximando estudantes das oportunidades disponíveis. “A entrada de mulheres nas áreas operacionais depende de capacitação. Muitas nunca tiveram contato com essas funções e só podem ingressar com segurança por meio de cursos específicos. Felizmente, algumas empresas já perceberam isso e têm investido na formação dessas profissionais.”

Com mais mulheres atuando nos portos, a cultura organizacional também passa por mudanças. A diversidade, segundo Maria, estimula a produtividade, inovação e sensibilidade para temas muitas vezes negligenciados. “Durante muito tempo, uma mulher precisava trabalhar quatro ou cinco vezes mais para provar sua competência. Isso está mudando. Equipes diversas oferecem soluções mais eficazes e refletem melhor a sociedade. A inserção feminina não é um favor. É um direito e uma necessidade.”

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/08/2025

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO RECEBE SELO PRATA POR GESTÃO DE EMISSÕES

Reconhecimento destaca transparência, eficiência ambiental e investimentos em operações mais limpas e sustentáveis

Por A Tribuna.com.br 16 de agosto de 2025



Em 2025, o Porto de São Sebastião atingiu 96,31 pontos no Índice de Desempenho Ambiental da Antaq (Divulgação/Semil)

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, conquistou o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, reconhecimento que atesta a transparência e a eficiência na gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE). O certificado é concedido a organizações que elaboram e registram publicamente seus inventários de emissões, demonstrando

compromisso com práticas ambientais responsáveis.

O resultado é fruto do Inventário de Emissões de GEE 2024, que contabilizou as emissões atmosféricas associadas às operações do Porto. O levantamento não apontou a necessidade de compensação das emissões no período, reforçando a efetividade das ações adotadas.

Atualmente, o Selo Prata exige a elaboração e publicação do inventário, enquanto o Selo Ouro inclui ainda a auditoria independente por empresa aprovada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

“O Porto de São Sebastião já se prepara para cumprir essa etapa em 2026, ampliando a credibilidade dos dados e aproximando-se do mais alto padrão de reconhecimento nacional e

internacional”, informa a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), que comanda o local.

Índice

Em 2025, o Porto atingiu 96,31 pontos no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), superando os 92,77 pontos obtidos no ano anterior. “Somente em 2024, foram investidos cerca de R\$ 3,5 milhões em ações ambientais”, diz a Semil.

“Trabalhamos para que cada tonelada movimentada aqui seja resultado de uma operação mais limpa, eficiente e transparente. Esse reconhecimento nos motiva a avançar para o Selo Ouro e a continuar investindo em ações que beneficiem não apenas o porto, mas também toda a comunidade e o meio ambiente”, afirma o presidente do Porto de São Sebastião, Ernesto Sampaio.

Em 2024, São Sebastião movimentou 1,527 milhão de toneladas, alta de 48% em relação a 2023.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/08/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PORTOS DA BAHIA TERÃO LEILÃO COM PREVISÃO DE R\$ 9 BILHÕES EM APORTES

Antaq realizará audiência pública em 26 de agosto sobre concessão parcial dos portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. Contrato prevê ainda uma outorga mínima de R\$ 32 milhões

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Porto de Aratu, na Região Metropolitana de Salvador, é principal terminal industrial da Bahia voltado à movimentação de grãos líquidos e sólidos e integra edital para concessão parcial. Foto: Porto de Aratu (BA)/Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizará, no dia 26 de agosto, às 10h, audiência pública para aprimorar os documentos técnicos e jurídicos da concessão parcial dos portos organizados

de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, sob gestão da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba). O contrato prevê investimentos de R\$ 9 bilhões ao longo de 25 anos e outorga mínima de R\$ 32 milhões.

A iniciativa integra a Audiência Pública nº 04/2025, parte da Consulta Pública nº 01/2025, aberta pela ANTAQ em 19 de julho. O objetivo é receber contribuições sobre a concessão de serviços públicos portuários associados à movimentação e armazenagem de cargas e à instalação de infraestrutura nos três portos baianos. A modelagem foi elaborada em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

De acordo com a agência, o leilão será realizado na B3, em São Paulo, em data ainda a ser definida. O edital, já disponível no site da Antaq, apresenta as bases contratuais e os critérios de qualificação da futura operadora.



“A presente concessão tem por objeto a delegação, sob o regime de concessão, da prestação do serviço público de administração dos portos organizados de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, incluindo a manutenção, a conservação, a reabilitação, a modernização e a expansão da infraestrutura existente, bem como a exploração da infraestrutura pela movimentação e armazenagem de cargas e de passageiros”, segundo o texto do edital.

Participação popular na audiência sobre portos baianos

Os interessados em participar da audiência devem se inscrever pelo WhatsApp (61) 2029-6940, das 9h às 15h, no dia 25 de agosto. A audiência será transmitida ao vivo pelo canal da Antaq no YouTube, com acesso livre ao público, sem necessidade de inscrição prévia.

As contribuições por escrito poderão ser encaminhadas até as 23h59 de 9 de setembro, exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no site da agência. Não serão aceitas manifestações enviadas por outro meio. É permitida a inclusão de documentos complementares, como mapas, plantas ou fotos, desde que devidamente identificados. Nestes casos, os arquivos deverão ser encaminhados para o e-mail anexo_audiencia042025@antaq.gov.br, respeitando o prazo final de envio.

Todos os documentos relativos à audiência, incluindo o edital, minuta do contrato, estudos técnicos e modelo de concessão, estão disponíveis para consulta pública no portal oficial da ANTAQ.

Impacto regional e próximos passos

A concessão parcial dos três portos ocorre em um contexto de reestruturação da infraestrutura portuária da Bahia. Criada em 1977, a Codeba administra os portos organizados de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. Juntos, os três respondem por uma parcela significativa da movimentação portuária do estado, com destaque para grãos sólidos, cargas containerizadas, produtos químicos e passageiros de cruzeiros.

Em 2024, os três portos movimentaram mais de 8 milhões de toneladas, segundo dados da própria Codeba, com tendência de crescimento sustentada por investimentos privados e pelo aumento da demanda regional.

O novo modelo de concessão prevê que a administração portuária passe à iniciativa privada, enquanto áreas arrendadas e terminais de uso privado permanecem regulados pela agência.

Além dos impactos diretos sobre a operação dos portos, o projeto poderá abrir espaço para ampliação de rotas logísticas no Nordeste, conectando o eixo Salvador-Aratu a corredores de exportação em Pernambuco, Ceará e Maranhão.

A audiência pública representa a última etapa antes da consolidação da versão final do edital e da publicação do aviso de licitação. Após o encerramento da consulta, a ANTAQ analisará todas as contribuições recebidas, podendo acatar sugestões que resultem em ajustes na proposta.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/08/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

CARGAS DE MINÉRIO, PETRÓLEO E SOJA FORTALECEM ECONOMIA DO NORDESTE NO 1º SEMESTRE

De acordo com dados da Antaq, de janeiro a junho deste ano, foram mais de 150 milhões de toneladas transportadas pelos portos da região

No primeiro semestre de 2025, os portos da região Nordeste movimentaram 150,5 milhões de toneladas de cargas, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Os valores superam em 1,2 milhão de toneladas a movimentação no mesmo período do ano passado. O balanço também revela crescimento no comércio exterior, com aumento de 3,27% nas importações e de 3,22% nas exportações.



Portos geraram crescimento econômico, emprego e desenvolvimento para a região e o país - Foto: Vosmar Rosa/MPor

Como destaques do levantamento, o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), porta de saída de minério de ferro, registrou 75,2 milhões de toneladas e se manteve como líder de movimentação da região. Já o Porto do Itaqui (MA) movimentou 17,2 milhões de toneladas, combinando operações de combustíveis e grãos.

Em Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário de Suape somou 10,9 milhões de toneladas, com destaque para a exportação de veículos. Apenas neste semestre, o porto movimentou 37.668 carros, segundo informações do terminal.



Destaques dos portos do Nordeste

Também figuram como pontos centrais dessa logística o Terminal Aquaviário de Madre de Deus (BA), especializado em derivados de petróleo, com 9,9 milhões de toneladas, e o Porto do Pecém (CE), que movimentou 9,5 milhões de toneladas de cargas diversas.

O minério de ferro que chega pelo Maranhão, o petróleo que sai da Bahia, os veículos exportados por Suape (PE) e os fertilizantes e grãos movimentados em Pecém (CE) ilustram como os portos nordestinos estão integrados ao cotidiano da região.

Mais que números

Esses dados representam empregos, geração de renda e fortalecimento das cadeias produtivas locais. Exemplo disso foi o crescimento de 1,9% do PIB maranhense no primeiro trimestre de 2025, superando a média nacional; resultado que o governo do estado atribui em grande parte

ao desempenho desse porto público.

O agronegócio, a mineração e o setor de energia também dependem diretamente da infraestrutura portuária para escoar sua produção, reduzir custos logísticos e ampliar sua competitividade.

Com resultados que refletem tanto o dinamismo do comércio exterior quanto a garantia do abastecimento interno, os portos do Nordeste reafirmam seu papel estratégico na logística nacional. O desempenho do semestre evidencia a relevância desses terminais não apenas para a economia regional, mas para todo o Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/08/2025

CONCESSÕES NO SETOR DE PORTOS SOMAM R\$ 30 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Ministro Silvio Costa Filho defendeu, nesta segunda-feira, a agenda de concessões do MPor em palestra de abertura no Fórum de Infraestrutura, em São Paulo



Nos quatro anos do governo Lula, serão mais de 60 leilões para a modernização dos portos brasileiros e da infraestrutura portuária. - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

As concessões no setor portuário, promovidas pelo governo federal de 2023 a 2026, somarão R\$ 30 bilhões em investimentos, reforçou nesta segunda-feira (8), o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, ao participar do Fórum de Infraestrutura da revista Veja, em São Paulo. Defendendo a agenda de concessões do MPor, o ministro lembrou que nesses

quatro anos do governo Lula, serão mais de 60 leilões para a modernização dos portos brasileiros e da infraestrutura portuária.

“Em 2024, nós tivemos o melhor ano das concessões na história do Brasil, concessões em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, poligonais e várias concessões nos governos estaduais, o que significa mais de R\$ 200 bilhões de investimentos contratados em concessões no Brasil. E isso está tendo um impacto social e de empregabilidade no Brasil muito forte”, afirmou Silvio Costa Filho, em sua palestra de abertura do Fórum, sobre o papel das concessões na melhoria da infraestrutura logística do país. O ministro participou do evento, que contou também com a participação dos governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

O ministro discorreu sobre o bom momento que vive o Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto social, mencionando o crescimento do PIB nos dois últimos anos, a queda no nível de desemprego, que atingiu o menor índice da história (5,8%), e a elevação da produção do país, entre outros indicadores. Isso, somado à valorização da democracia e das instituições, segundo o ministro, cria as melhores condições para investimentos no País.

“Quando a gente analisa as agendas das concessões do país, nós estamos vivendo, na minha avaliação, o melhor momento da história do Brasil”, disse o ministro, lembrando que a agenda de desenvolvimento do Brasil é uma prioridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e está traçada a partir do Plano Nacional de Logística (PNL), com metas até 2035. “Não tem governo que dialogue mais com as concessões e com a agenda Brasil que o governo Lula”, completou.

Entre os empreendimentos que somam R\$ 30 bilhões, o ministro citou o leilão do Túnel Santos-Guarujá, que está agendado para o dia 5 de setembro e prevê investimentos de R\$ 6 bilhões, numa obra conjunta com o governo de São Paulo. Costa Filho falou também sobre o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, que ampliará em 50% a capacidade de operação do porto, e que tem investimentos previstos de R\$ 5,6 bilhões.

O ministro ressaltou ainda que o MPor vai realizar, neste ano, a primeira concessão para dragagem de um canal de acesso, que será do Porto de Paranaguá (PR), com investimentos de R\$ 1 bilhão e que servirá de modelo também para o canal de Santos, também previsto para 2025, entre outras concessões.

“A Lei de Portos foi criada em 2013 e nesses 10 anos, até 2022, nós tivemos, o equivalente a 41 leilões no Brasil. Em 4 anos do governo atual, nós vamos fazer 60 leilões no país”, afirmou.

Hidrovias

O ministro ressaltou ainda que o Ministério está preparando também a concessão da hidrovia do Paraguai, que será a primeira concessão de hidrovia no País. “O Brasil tem mais de 60 mil



quilômetros de hidrovias navegáveis, nós temos um grande potencial que vai reduzir quase 40% dos custos logísticos, ajudar na sustentabilidade e na descarbonização”, afirmou Costa Filho.

“Eu acho que é isso que a gente precisa, criar uma construção coletiva e sonhar cada vez mais com o Brasil mais justo, mais humano, mais solidário, e sobretudo, de mais oportunidades para o povo brasileiro”, acrescento, lembrando que esses projetos sustentáveis estão despertando um grande interesse de investidores da Ásia, Europa e da América Latina. Além da hidrovia do Paraguai, estão em estudo as hidrovias do Madeira, Lagoa Mirim, Tocantins e Tapajós.

O ministro comentou ainda sobre o projeto BR do Mar, para estimular o uso da cabotagem no transporte de cargas entre portos nacionais. “A ideia é que a gente possa transformar os 8 mil quilômetros de costa litorânea brasileira em grandes BRs, ajudando no amplo processo de cabotagem e no transporte de cargas pela costa brasileira, chegar nos portos e fazer essa distribuição pelos portos brasileiros”, explicou.

Aeroportos

O Ministro concluiu sua participação no Fórum falando dos avanços no setor aéreo, por meio dos programas de investimentos na modernização de terminais e na expansão da malha aeroviária. “A gente está tendo um fortalecimento na aviação do país, apesar de todas as dificuldades. Para você ter uma ideia, em 2022, nós tivemos 98 milhões de passageiros. Esse ano nós vamos terminar com 128 milhões de passageiros. São 30 milhões de passageiros a mais que estão sendo incluídos na aviação brasileira. Devemos chegar a 2025 com 135 milhões de passageiros”, afirmou.

O MPor está desenvolvendo diversos projetos no setor aéreo, entre eles o AmpliAR, para fortalecer a aviação regional, com investimentos de R\$ 1,25 bilhão, em 19 aeroportos de 11 estados das regiões da Amazônia Legal e do Nordeste. Destaque também para o Investe + Aeroportos, que prevê R\$ 4,5 bilhões em investimentos em projetos de diferentes naturezas, fomentado a eficiência da logística aeroportuária.

Porto de Santos

No ano de 2024, a movimentação do comércio exterior do Porto de Santos foi de 179,8 milhões de toneladas, sendo 131,3 milhões exportadas e 48,5 milhões importadas. A movimentação de bens e mercadorias teve mais de 600 destinos, para mais de 200 países, com China e Estados Unidos como os principais destinos, seguidos de países europeus. O faturamento do porto no ano passado foi de R\$ 200 bilhões.

As principais cargas e produtos que passaram pelo maior porto da América Latina foram algodão (96%), suco de laranja (90%), açúcar (72%), café (76%), carne bovina (67%), milho (38%) e soja (31%).

Segundo informações do Ministério de Portos e Aeroportos e da Autoridade Portuária de Santos, com as parcerias público privadas (PPP), iniciadas em 2024, serão investidos mais de R\$ 12,5 bilhões até 2028 no terminal santista.

No próximo mês de setembro, está marcada o leilão ara decidir que empresas irão construir e operar o túnel entre Santos e Guarujá. O empreendimento, que será o primeiro túnel submerso da América Latina, faz parte de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo e prevê investimentos de mais de R\$ 6 bilhões.

Ainda para acontecer no segundo semestre deste ano, está previsto o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, que ampliará em 50% a capacidade de operação do porto, e que tem investimentos previstos de R\$ 5,6 bilhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/08/2025



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

MODERNIZAÇÃO DA RODOVIA PADRE MANOEL DA NÓBREGA VAI GERAR EMPREGOS E IMPULSIONAR LOGÍSTICA NA REGIÃO

Redação Portogente

 Concessionária Novo Litoral já empregou 700 pessoas; 95% são da região
Obras na rodovia Manoel da Nóbrega



Atualmente, cerca de R\$ 134 milhões já estão sendo investidos em melhorias viárias.

Foto: Divulgação/Governo de SP

A modernização promovida pelo Governo de São Paulo na rodovia Manoel da Nóbrega (SP-055), por meio da concessão do Lote Litoral Paulista, tem potencial para impulsionar a economia regional, com geração de empregos e renda para os municípios litorâneos. A Concessionária Novo Litoral já conta com cerca de 700 colaboradores, sendo 95% contratados localmente. Também está previsto o repasse de R\$ 55 milhões em

ISS aos municípios da região apenas nos primeiros cinco anos de concessão.

Essas oportunidades surgem devido ao grande volume de investimentos e obras planejadas, que devem fortalecer a rota como novo corredor logístico de acesso ao porto de Santos. Atualmente, já são aplicados cerca de R\$ 134 milhões em melhorias viárias como: recuperação de 34 km de faixas, aplicação de 17.300 toneladas de pavimento novo, além de sete frentes permanentes de trabalho



As ações estão concentradas em trechos de Bertioga, Santos, Miracatu e Peruíbe, com reforço na sinalização, iluminação e reparos em pontos críticos. Desde o início da concessão, já foram realizados mais de 11 milhões de m² de limpeza e manejo da vegetação — o equivalente a 1.336 campos de futebol  — ampliando a visibilidade e a segurança nas pistas.

Em novembro de 2024, mais de 30 viaturas reforçaram o policiamento rodoviário , aumentando a proteção de motoristas e pedestres. Os canteiros também já estão prontos para grandes obras, como duplicações, marginais, passarelas e ciclovias, consolidando um novo padrão de infraestrutura e atendimento.

“A modernização da Manoel da Nóbrega e os investimentos deverão criar um novo ciclo de oportunidades, com a crescente demanda da prestação de serviços voltados ao atendimento aos usuários, tanto pela concessionária quanto por particulares”, afirmou Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo.

As melhorias incluem também monitoramento por CFTV, conectividade e reforço na sinalização e iluminação das vias . O objetivo é garantir circulação mais segura, moderna e funcional, sem comprometer o dia a dia da Baixada Santista.

Os pórticos eletrônicos de cobrança só entrarão em operação após a entrega das obras prioritárias, fiscalizadas pela Artesp. A medida está condicionada à conclusão das marginais entre Praia Grande e Peruíbe, que serão gratuitas e contarão com calçamento, sinalização e iluminação completa. Até lá, moradores do Litoral Sul terão isenção total .

Com investimento total de R\$ 4,3 bilhões, o contrato prevê a duplicação de 89,8 km de rodovias, 108,5 km de marginais e outros 212 km de melhorias estruturais que abrangem a Baixada Santista, o Alto Tietê e o Vale do Ribeira.

⚡ Siga Fácil

O Siga Fácil é o sistema do Governo de São Paulo que substitui as praças de pedágio por pórticos eletrônicos inteligentes, identificando veículos por placas ou tags. Supervisionado pela Artesp, ele elimina filas, reduz acidentes e cobra proporcionalmente ao trecho percorrido. Nas concessões firmadas a partir de 2024, será implantado gradualmente, incluindo o Novo Litoral Paulista. Mais informações estão disponíveis no site sigafacil.sp.gov.br

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/08/2025

CNL CONSTRÓI NOVA BASE DE SERVIÇO DE APOIO AO USUÁRIO

Redação Portogente



🚧 **Obras da CNL interditam acesso em Bertioga para construção de nova base do SAU**
Obra CNL em Bertioga - Foto: Divulgação

A Concessionária Novo Litoral (CNL) inicia mais uma obra dentro de um pacote de serviços que transforma as rodovias do Alto Tietê, Baixada Santista e Vale do Ribeira. A partir da manhã desta quarta-feira, 20 de agosto, o acesso ao km 216 da SP-055 – Rodovia Doutor Manoel Hipólito do Rego, em Bertioga, estará fechado para a construção da nova base do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) 🗺️.

O local receberá uma estrutura definitiva, substituindo a unidade provisória atualmente em funcionamento. O trecho já está sinalizado, orientando os usuários sobre a rota alternativa pela Avenida Bruno Covas, antiga Marginal. A interdição deve se estender até outubro.

Desde o início da concessão, em 1º de novembro de 2024, os usuários contam com oito bases provisórias do SAU, que estão sendo substituídas por estruturas permanentes. Cada unidade dispõe de ambiente climatizado, totens de teleatendimento, banheiros comuns e adaptados, fraldário e bebedouro, garantindo mais conforto e segurança para todos.

A CNL orienta os motoristas a ficarem atentos à sinalização e redobram a atenção no trecho em obras. Para informações em tempo real sobre as condições de tráfego, os usuários podem contatar a CNL pelo 0800 098 88 55, disponível 24 horas por dia 📞.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/08/2025

ACORDO INTERNACIONAL É ASSINADO NA CONCLUSÃO DA X REUNIÃO DA REDE SPAA NA COLÔMBIA

Da Redação Portogente

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, que também preside a Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos América Latina e Caribe (Rede SPAA), encerrou a X Reunião da Rede, realizada entre quarta (13) e sexta-feira (15), em Cartagena das Índias, Colômbia. Durante três dias, representantes de governos, instituições públicas e especialistas regionais debateram os desafios sobre Políticas para Enfrentar os Efeitos da Inflação dos Preços dos Alimentos e Garantir Acesso e Consumo de Alimentos 🗺️.



 Conab encerra X Reunião da Rede SPAA com 18 compromissos para segurança alimentar na América Latina e Caribe
Reunião Rede SPAA - Foto: Divulgação

No encerramento, os países membros aprovaram uma declaração final com 18 ações conjuntas, priorizando o acesso a alimentos saudáveis, proteção da agricultura familiar e garantia do direito humano à alimentação, especialmente para os mais vulneráveis. O documento também reconhece que a inflação e as mudanças climáticas afetam

profundamente a segurança alimentar e nutricional da população, reafirmando o compromisso em construir sistemas agroalimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis.

A Rede SPAA atua há mais de uma década como plataforma regional de cooperação, fortalecendo políticas públicas para sistemas de abastecimento e comercialização de alimentos, sem interrupções mesmo durante a pandemia 🤝.

Participaram 18 países: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Bolívia, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, República Dominicana e São Vicente e Granadinas. Durante a abertura, foi anunciado o 19º integrante: Uruguai.

A reunião destacou a importância de informações claras sobre preços de alimentos, políticas públicas para estabilidade de mercados e acesso equitativo a alimentos nutritivos, promovendo desenvolvimento inclusivo e resiliente diante de inflação, mudanças climáticas e desigualdades sociais.

Balanço da Rede SPAA em 10 anos:

1. *Fortalecimento técnico de mais de 500 funcionários públicos em gestão de reservas estratégicas, inteligência de preços e comercialização.*
2. *Melhoria de políticas de abastecimento em áreas urbanas e periurbanas, com economia de 10% a 30% para famílias vulneráveis.*
3. *Promoção da agricultura familiar e camponesa, aproximando produtores e consumidores e gerando oportunidades locais.*
4. *Geração de conhecimento com mais de 10 estudos para apoiar sistemas de informação, reservas estratégicas e feiras agrícolas regionais.*
5. *Impulsionamento da Estratégia de Gestão de Reservas Estratégicas de Grãos Básicos do SICA, fortalecendo a capacidade institucional frente à volatilidade de preços.*

Na manhã do último dia, os participantes fizeram visita de campo envolvendo ecoturismo e mercados campestres em Cartagena e Ciénaga, conhecendo feiras e estratégias de comercialização local 🌱.

Durante a abertura da reunião, estiveram presentes presencialmente o presidente da CONAB, Edegar Preto; Máximo Torero, Economista-Chefe da FAO; Andréia Rigueira, Chefe de Gabinete da ABC/MRE; e Martha Carvajalino Villegas, Ministra da Agricultura da Colômbia. Participaram de forma virtual ministros e representantes do Brasil, compartilhando experiências e boas práticas em políticas de segurança alimentar.

Um acordo inédito foi formalizado entre Conab, FAO e ABC/MRE para fortalecer sistemas públicos de abastecimento e comercialização de alimentos, ampliando o acesso a produtos saudáveis, aumentando resiliência e reduzindo vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais.

O projeto regional terá duração de 20 meses, incluindo estudos, troca de experiências e promoção da agricultura sustentável, com foco na participação de grupos vulneráveis e integração com fóruns multilaterais como Celac, Mercosul, G20, COP 30, Brics, OTCA e Comitê de Segurança Alimentar da ONU 🌐.

Além disso, o coordenador de Relações Internacionais da Conab, Marisson de Melo Marinho, apresentou a palestra sobre o “Portal de Informações Agropecuárias da Conab”, demonstrando como a plataforma fornece dados estratégicos para formulação de políticas públicas e tomada de decisão de produtores, empresas, imprensa e sociedade civil.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 18/08/2025

DERROCAGEM NO PORTO DE SANTOS: DTA ENGENHARIA LIDERA ETAPA CRUCIAL PARA APROFUNDAMENTO DO CANAL

Redação Portogente



🚢 Porto de Santos inicia obra estratégica de derrocagem para modernização

Obras no Porto de Santos - Crédito: Porto de Santos

O Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina, está prestes a iniciar uma obra decisiva para sua modernização: a derrocagem de rochas no canal de navegação. A intervenção, que antecede o aprofundamento para 16 metros, será conduzida pela DTA Engenharia, empresa vencedora da licitação promovida pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

🚧 DTA Engenharia à frente da operação

Com contrato estimado em R\$ 17,08 milhões, a DTA Engenharia será responsável pela remoção de 33 formações rochosas ao longo do canal de acesso. O trabalho inclui a elaboração dos projetos básico e executivo, além da execução da derrocagem com tecnologia não explosiva, garantindo segurança operacional e respeito ambiental 🌱.

A previsão é que a obra tenha duração de 18 meses, com início logo após a homologação e emissão da ordem de serviço. A APS já possui as licenças ambientais necessárias, e o método escolhido evita o uso de explosivos, priorizando equipamentos especializados para fragmentação das rochas.

“A derrocagem é essencial para que possamos aprofundar o canal com segurança e permitir a entrada dos maiores navios do mundo, em qualquer horário e condição de maré”, destaca Anderson Pomini, presidente da APS 🚢.

🌀 Etapa preparatória para a dragagem

A derrocagem é o primeiro passo para a dragagem de aprofundamento, cujo edital foi lançado em julho de 2025. A nova dragagem elevará a profundidade do canal de 14–15 metros para 16 metros, permitindo a operação de navios de até 366 metros de comprimento e 15 mil TEUs.



O contrato da dragagem terá validade de quatro anos, incluindo dois anos de manutenção da profundidade. A APS também trabalha em uma concessão patrocinada, com apoio do BNDES, para alcançar 17 metros em uma futura etapa, com gestão privada por até 30 anos.

🔑 Por que a derrocagem é estratégica?

- ♦ Viabiliza a dragagem com segurança técnica e ambiental
- ♦ Permite operação de navios maiores e mais modernos
- ♦ Impulsiona a competitividade internacional do Porto de Santos
- ♦ Marca o início de uma nova fase de concessão e gestão portuária

Fonte: *Portal Porto Gente*

Data: 18/08/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – TECNOLOGIA E GESTÃO AMBIENTAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) deu um passo à frente em sua agenda ambiental com a validação oficial do sistema Vanguard, uma solução inteligente de monitoramento de resíduos sólidos desenvolvida pela startup Data Overseas. A iniciativa, que nasceu de um hackathon e foi viabilizada por uma bolsa de inovação, demonstra um compromisso claro da APS com a adoção de tecnologias de ponta para melhorar sua gestão, inclusive suas ações ambientais.

O Vanguard, que utiliza câmeras de alta precisão e algoritmos de inteligência artificial, já demonstrou sua capacidade de detectar, classificar e georreferenciar diversos tipos de resíduos em tempo real na área portuária. A tecnologia não apenas identifica plásticos, metais e resíduos orgânicos com precisão, mas também gera alertas automáticos para as equipes de gestão ambiental, permitindo uma resposta imediata e um mapeamento detalhado dos pontos críticos de acúmulo de detritos.

A decisão da Autoridade Portuária de Santos de querer melhorar suas ações de gestão de resíduos sólidos com a adoção da Vanguard é um feito importante para o setor. A solução, desenvolvida por uma startup e em um processo de inovação tecnológica, mostra que a colaboração entre o setor público e a iniciativa privada é um caminho promissor para resolver desafios complexos. O presidente da APS, Anderson Pomini, acertadamente afirmou que a tecnologia tem o potencial de redefinir os padrões de monitoramento ambiental do Porto.

O modelo de ecossistema que une startups, poder público e fomento à pesquisa é um exemplo a ser seguido, pois incentiva a inovação e a busca por soluções criativas para problemas de longa data.

A importância da inovação tecnológica para a melhora da eficiência em vários setores da administração portuária é um tema que merece atenção. Este é um processo que pode ser aplicado tanto na gestão de resíduos sólidos como no segmento operacional, na administração do tráfego de navios e no planejamento logístico de cargas. A tecnologia pode otimizar processos, reduzir custos e, em última instância, aumentar a competitividade dos portos brasileiros.

O caso do Vanguard no Porto de Santos é um exemplo de como a tecnologia pode ser uma aliada na busca por um futuro mais eficiente e sustentável. A capacidade de monitorar, em tempo real, os resíduos sólidos nas áreas operacionais não apenas melhora a gestão ambiental, mas também cria um ambiente de trabalho mais seguro e limpo. A inovação tecnológica é a chave para a modernização do setor portuário brasileiro, e a APS está no caminho certo ao investir em soluções que unam eficiência e sustentabilidade.

Fonte: *BE NEWS – BRASIL EXPORT*

Data: 18/08/2025



NACIONAL - HUB – CURTAS- FRENTES PARLAMENTARES DEFENDEM APROVAÇÃO DA PEC DAS AGÊNCIAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PEC DAS AGÊNCIAS

Dezesseis frentes parlamentares do Congresso Nacional vão se reunir, nesta semana, para lançar um manifesto pela aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) das agências reguladoras. O texto prevê um maior poder ao Legislativo sobre esses órgãos. A PEC tramita desde 2022, mas avançou nos últimos dias, com a apresentação de um parecer favorável do relator, Victor Linhalis (Podemos-ES), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

FISCALIZAÇÃO

A proposta estabelece que as agências serão fiscalizadas pelas comissões temáticas da Câmara, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). No esboço do manifesto, as frentes destacam que a criação das agências reguladoras no Governo Fernando Henrique Cardoso foi importante para a consolidação da estabilidade econômica, mas que, ao longo dos anos, a interferência política nos órgãos começou a causar distorções. “É preciso reconhecer que as principais agências reguladoras do País, além das dificuldades orçamentárias, enfrentam desafios políticos, regulatórios e decisórios – o que não deveria ser parte do cotidiano dessas instituições”, relata o documento.

“RELAÇÃO PROMÍSCUA”

O texto do manifesto ainda enfatiza que “os desafios políticos” enfrentados pelas agências são evidentes “ao observarmos a relação promíscua entre diretores e setores regulados, a disputa de poder entre os representantes colegiados e nas decisões por vezes contraditórias às políticas públicas definidas pelo Congresso Nacional e o Poder Concedente”.

VERGONHA

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, afirmou que o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é uma “vergonha para o Brasil”. E defendeu sua cassação. A declaração ocorreu em evento em Recife (PE) na semana passada, do qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também participou. “Esse bolsonarista, esse povo que está trabalhando contra o povo brasileiro, está trabalhando contra o emprego. Esse Eduardo Bolsonaro é uma vergonha para o Brasil, deveria ser cassado”, declarou o ministro, referindo-se à atuação de Eduardo a favor do aumento das tarifas norte-americanas sobre os produtos brasileiros importados.

COLISÃO

Um rebocador colidiu com a estrutura da nova ponte do distrito de Outeiro, em Belém, na manhã desse domingo, dia 17. Não houve feridos. O comandante da embarcação fugiu do local, após deixar a embarcação em um porto próximo. A obra da ponte, avaliada em R\$ 101 milhões e executada pelo governo estadual, faz parte de mais de 30 projetos em andamento para a Conferência do Clima (COP 30). A construção deve melhorar a mobilidade entre o porto de Outeiro, que receberá navios de cruzeiro, e os locais oficiais da conferência, como o Parque da Cidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

NACIONAL - ALCKMIN DIZ QUE MEDIDAS CONTRA TARIFA DOS EUA NÃO TERÃO IMPACTO FISCAL

Vice-presidente afirma que ações previstas no Plano Brasil Soberano antecipam devolução de créditos a exportadores e não representam novos gastos para a União

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



“O que estamos fazendo é antecipando algo que vai ser devolvido; recursos que não pertencem ao governo”, declarou Alckmin

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou no sábado (16), em Brasília (DF), que as medidas anunciadas pelo governo para apoiar empresas brasileiras atingidas pelas sobretaxas impostas pelos Estados Unidos não representarão impacto fiscal negativo para a União.

O VICE-PRESIDENTE RESSALTOU AINDA A NECESSIDADE DE RÁPIDA TRAMITAÇÃO DA MP E DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE A ACOMPANHA. A MEDIDA JÁ ESTÁ EM VIGOR, MAS PRECISA SER APROVADA PELO CONGRESSO EM ATÉ 120 DIAS PARA NÃO PERDER A VALIDADE. ALÉM DISSO, PARTE DAS AÇÕES PREVISTAS DEPENDE DE REGULAMENTAÇÃO POR MEIO DE LEI COMPLEMENTAR

“O que estamos fazendo é antecipando algo que vai ser devolvido; recursos que não pertencem ao governo”, declarou Alckmin durante visita a uma concessionária de automóveis da capital, onde acompanhou as vendas de veículos contemplados pelo programa federal Carro Sustentável. Lançada em 10 de julho deste ano, a iniciativa prevê redução de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para modelos que atendam critérios de sustentabilidade.

Segundo o vice-presidente, os mecanismos previstos não configuram novos gastos públicos. “Nem o Drawback, nem o Reintegra, deveriam ter qualquer questão fiscal, porque o dinheiro não é do governo, que está apenas devolvendo mais rápido para aqueles que foram atingidos pelo tarifaço (dos Estados Unidos) e tiveram suas exportações frustradas”, disse.

“O que estamos fazendo é antecipando algo que vai ser devolvido; recursos que não pertencem ao governo”, declarou Alckmin. Foto: Cadu Gomes/VPR

As medidas constam da Medida Provisória (MP) conhecida como Plano Brasil Soberano, enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional na última quarta-feira (13). O texto reúne ações de apoio a exportadores e de proteção a trabalhadores dos setores afetados, com previsão de liberação de aproximadamente R\$ 30 bilhões para compensar eventuais prejuízos.

O drawback é um mecanismo que suspende tributos incidentes sobre insumos importados utilizados na produção de bens nacionais destinados à exportação. No caso da MP, as empresas terão prazo adicional para enviar ao exterior os produtos fabricados com insumos beneficiados pelo regime.

Já o Novo Reintegra prevê que companhias brasileiras afetadas possam recuperar parte dos impostos indiretos da cadeia produtiva, por meio de créditos tributários. O objetivo é reduzir custos e ampliar a competitividade das exportações.

“Vamos dar 3% de Reintegra. Ou seja, a empresa (afetada pela sobretaxa dos EUA) receberá 3% do valor do produto. Isso não deveria ter impacto fiscal, pois é resíduo tributário”, reforçou Alckmin. Ele lembrou que, embora a Constituição determine que as exportações não sejam tributadas, os produtos acumulam impostos embutidos que precisam ser restituídos. “Quando eu exporto um automóvel (por exemplo), mesmo não pagando imposto de exportação, eu paguei imposto ao comprar os pneus, o aço, o vidro. Então, estes impostos precisam ser devolvidos ao exportador. Só que os governos demoram a devolvê-los e o exportador fica com um crédito tributário. O que estamos fazendo é antecipando (a devolução) de algo que vai ser devolvido”, explicou.

Prorrogação do prazo

Alckmin também detalhou o funcionamento do Drawback. “O Drawback segue o mesmo princípio. Quando vou comprar um produto para exportar, eu não pago imposto, mas se eu não cumprir o regime (dentro do prazo legal), tenho não só que pagar o imposto como também uma multa (...) O que estamos dizendo é que quem comprou um produto para exportar para os EUA terá mais um ano (de prazo) para exportar. Estamos adiando por um ano este Drawback para que o exportador possa buscar outro mercado ou (renegociar com seus clientes) nos Estados Unidos”, afirmou.

O vice-presidente ressaltou ainda a necessidade de rápida tramitação da MP e do projeto de lei complementar que a acompanha. A medida já está em vigor, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias para não perder a validade. Além disso, parte das ações previstas depende de regulamentação por meio de lei complementar.

“Temos a expectativa de que isso seja feito rapidamente. Porque um é vinculado ao outro”, concluiu Alckmin, destacando que o Legislativo “tem um papel importante a cumprir, que é o de dar uma resposta rápida” à proposta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

NACIONAL - CONSULTA PÚBLICA VOLTA A DISCUTIR FREE FLOW EM RODOVIAS FEDERAIS

ANTT avalia implantação do sistema de livre passagem, tecnologia que elimina cabines físicas e calcula o pedágio pelo trajeto efetivamente rodado

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A tecnologia funciona por meio de pórticos instalados ao longo da rodovia. Eles são equipados com câmeras e sensores que registram eletronicamente a passagem dos veículos. Foto: Divulgação/ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) decidiu reabrir a consulta pública sobre o chamado

Sistema de Livre Passagem, também conhecido como free flow. A proposta pretende mudar a forma como os brasileiros pagam pedágio em rodovias federais: em vez de praças físicas e cabines de cobrança, a tarifa será calculada de forma automática, com base apenas no trecho percorrido.

O modelo já é usado em vários países e começa a ganhar espaço no Brasil. Na prática, ele promete acabar com as filas em praças de pedágio, reduzir o tempo de viagem e trazer mais segurança para motoristas, já que elimina a necessidade de parar na estrada. Outro impacto esperado é a redução da emissão de poluentes, com menos veículos parados ou em marcha lenta.

A tecnologia funciona por meio de pórticos instalados ao longo da rodovia. Eles são equipados com câmeras e sensores que registram eletronicamente a passagem dos veículos. A cobrança pode ser feita por tag eletrônico ou leitura da placa, garantindo que cada motorista pague apenas pelo trajeto que utilizou.

Segundo a ANTT, o processo de regulamentação do sistema vem sendo discutido há alguns anos e já passou por diferentes etapas. Um projeto-piloto foi implantado na BR-101, no Rio de Janeiro, dentro do chamado Sandbox Regulatório, um ambiente de testes que permite avaliar novas soluções antes de sua adoção definitiva. Ao longo do tempo, especialistas, concessionárias, órgãos de controle e a própria sociedade participaram de consultas e audiências para sugerir mudanças e aperfeiçoamentos.

Com a reabertura da consulta, a agência espera colher novas contribuições antes de consolidar as regras finais. A ideia é ajustar o modelo, harmonizá-lo com os contratos de concessão em vigor e incorporar aprendizados obtidos nos testes iniciais.

O diretor da ANTT, Felipe Queiroz, relator do processo, afirmou que o esforço é para dar clareza e previsibilidade tanto para usuários quanto para concessionárias. “Nosso objetivo é garantir segurança jurídica, previsibilidade e eficiência, com um modelo moderno que traga ganhos reais para quem utiliza as rodovias e para o transporte nacional”, disse.

A consulta ficará aberta entre os dias 26 de agosto e 10 de setembro. Haverá também uma sessão pública, no dia 2 de setembro, em Brasília (DF), com transmissão pelo YouTube da agência. Todos os documentos e instruções estarão disponíveis no sistema eletrônico da ANTT.

A agência entende que, se aprovado e regulamentado, o free flow vai aproximar o Brasil de padrões internacionais, que combinam tecnologia, eficiência e melhor experiência para os usuários das rodovias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

NACIONAL - INDÚSTRIA AUTOMOTIVA GANHA REFORÇO COM CHEGADA DA GWM AO BRASIL

Lula e Alckmin destacam geração de empregos e inovação tecnológica na inauguração da fábrica que vai produzir modelos híbridos e elétricos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Durante a cerimônia, Lula incentivou a montadora a expandir sua presença no mercado regional. “Façam do Brasil uma plataforma para vocês venderem o produto de vocês na América Latina”.Foto: Cadu Gomes/VPR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, participaram na última sexta-feira (15) da inauguração da fábrica da Great Wall Motor (GWM)

em Iracemápolis, interior de São Paulo. A montadora chinesa, maior empresa privada do setor automotivo da China, é a primeira habilitada no Programa Mover para a produção de veículos híbridos plug-in (PHEV) no Brasil.

A expectativa é de que a operação da planta gere 900 empregos diretos até o final do ano, além de estimular a cadeia de fornecedores, que já conta com mais de 100 empresas cadastradas. O investimento previsto é de R\$ 4 bilhões até 2026, quando a produção deverá alcançar 60% de conteúdo nacional. Entre 2027 e 2032, a GWM estima aportar mais R\$ 6 bilhões no país.

Durante a cerimônia, Lula incentivou a montadora a expandir sua presença no mercado regional. “Façam do Brasil uma plataforma para vocês venderem o produto de vocês na América Latina. E contem com o governo brasileiro, que o que pudermos fazer para que outras empresas e indústrias venham para cá, para gerar empregos, a gente vai fazer”, disse o presidente ao executivo da GWM, Mu Feng.

Alckmin ressaltou que a chegada da empresa reforça os objetivos da Nova Indústria Brasil (NIB), programa federal que busca modernizar a base produtiva, ampliar a competitividade e estimular a transição ecológica. “A GWM é campeã da inovação e contará com um centro de pesquisa,

desenvolvimento e inovação, além de um centro de provas em parceria com a Bosch”, afirmou o vice-presidente. Ele destacou ainda a capacidade de geração de empregos da cadeia automotiva: “A GWM tem incentivado toda a cadeia produtiva, como a indústria de autopeças, e nós temos os melhores trabalhadores e trabalhadoras do mundo. Tão bons que um trabalhador da indústria virou presidente da República”.

A unidade de Iracemápolis terá capacidade inicial de produção de 30 mil veículos por ano, com meta de atingir 50 mil unidades anuais. O portfólio inclui modelos híbridos e elétricos das linhas Haval, H6, Poer e H9. Pelo programa Mover, a empresa deverá investir em pesquisa e desenvolvimento, qualificação profissional e atender requisitos de eficiência energética, segurança veicular e conteúdo local. Em contrapartida, terá direito a créditos tributários.

O setor automotivo brasileiro registrou crescimento de 9,7% em 2024 na comparação com 2023, alcançando a produção de 2,5 milhões de veículos. Atualmente, o país ocupa a 7ª posição entre os maiores mercados consumidores do mundo e a 8ª em volume de produção.

As exportações de automóveis de passeio somaram US\$ 4,2 bilhões em 2024, com Argentina, México, Colômbia, Uruguai e Chile entre os principais destinos. No Brasil, a indústria automotiva emprega cerca de 130 mil trabalhadores de forma direta e mais de 1 milhão em postos indiretos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

NACIONAL - PETROBRAS BATE RECORDE COM PLATAFORMA NO PRÉ-SAL E ATINGE 225 MIL BARRIS/DIA

Unidade Almirante Tamandaré, no campo de Búzios, alcança maior produção por FPSO da história da estatal, três meses antes do previsto

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O FPSO Almirante Tamandaré é afretado à SBM Offshore e representa a primeira unidade de 225 mil barris/dia instalada no Brasil. Foto: Divulgação/SBM

A Petrobras alcançou na quinta-feira (14) um marco histórico na produção de petróleo ao atingir, com a plataforma Almirante Tamandaré (FPSO do Projeto Búzios 7), a vazão de 225 mil barris por dia – a maior já registrada por uma única unidade da companhia. O recorde foi alcançado três meses antes do previsto,

consolidando o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, como um dos principais motores de crescimento da estatal e candidato a se tornar, em breve, o maior campo em produção da empresa. Atualmente, Búzios ocupa a segunda posição no país, atrás apenas do campo de Tupi.

Descoberto em 2010, o supercampo de Búzios se destaca por dimensões monumentais: sua espessura equivale à altura do Pão de Açúcar e sua área corresponde ao dobro do tamanho da Baía de Guanabara. A grandiosidade das reservas permitiu à Petrobras investir em unidades de maior porte, como a Almirante Tamandaré, que, em apenas 179 dias de operação e com cinco poços conectados, já atingiu sua capacidade máxima de produção.

Segundo Renata Baruzzi, diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, o feito reforça a competitividade do campo em escala internacional. “Alcançamos outro patamar de produtividade, só possível em campos como o de Búzios. Nessa unidade, além da alta capacidade, focamos em obter mais eficiência e em tecnologias de descarbonização”, afirmou. Baruzzi destacou ainda que, enquanto a média mundial de plataformas gira em torno de 150 mil barris/dia e

compressão de 10 milhões de m³ de gás, o FPSO Almirante Tamandaré supera esses índices, trazendo diferenciais de eficiência e sustentabilidade.

Entre as inovações tecnológicas aplicadas estão o flare fechado – que reduz emissões de gases de efeito estufa – e sistemas de aproveitamento de calor, que diminuem a demanda por energia adicional. Essas iniciativas renderam à unidade o Selo de Sustentabilidade da certificadora ABS. Além disso, o Projeto Búzios 7, que abrange a plataforma e toda a infraestrutura submarina de dutos e poços, concorre ao Prêmio OTC Brasil Distinguished Achievement Award for Companies, concedido pela Offshore Technology Conference, um dos mais relevantes do setor de petróleo e gás offshore.

A diretora de Exploração e Produção da estatal, Sylvia Anjos, atribuiu o desempenho ao conjunto de fatores técnicos e à qualidade das reservas. “A excelência técnica do nosso pessoal, aliada à prontidão de recursos e dos equipamentos instalados, contribuiu decisivamente para este recorde. Outro fator importante, além do volume, é a qualidade do óleo do campo de Búzios que dispõe de reservas substanciais de petróleo leve”.

O navio

O FPSO Almirante Tamandaré é afretado à SBM Offshore e representa a primeira unidade de 225 mil barris/dia instalada no Brasil. O projeto prevê oito poços produtores, dos quais cinco já estão em operação. Até 2030, a Petrobras espera que a produção em Búzios ultrapasse a marca de 1,5 milhão de barris por dia, consolidando ainda mais o campo como carro-chefe da produção nacional.

Atualmente, outras cinco plataformas estão contratadas e em construção para operar no campo, sendo três de alta capacidade. O consórcio responsável por Búzios é formado pela Petrobras, operadora do ativo, pela PPSA, que gere os contratos de partilha da produção, e pelas parceiras chinesas CNOOC e CNODC.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

REGIÃO SUL - PORTOS DE SANTA CATARINA TÊM O MELHOR SEMESTRE DO SUL

Movimentação cresceu 5,23% no primeiro semestre e superou a média nacional; estado responde por quase 20% dos contêineres do país, segundo SPAF e Antaq

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Atualmente, os portos de Santa Catarina respondem por 19,25% da movimentação de contêineres do Brasil. Foto: Divulgação/Gustavo Rotta

A movimentação de cargas nos portos de Santa Catarina registrou alta de 5,23% no primeiro semestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano passado. Entre janeiro e junho, foram movimentadas mais de 32,2 milhões de toneladas, desempenho superior à média nacional, que ficou em 1,02%, e o melhor resultado entre os estados do Sul. Os números

foram levantados pela Gerência de Portos da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

No segmento de contêineres, os portos catarinenses cresceram 12,4% em relação a 2024, movimentando mais de 1,34 milhão de TEU (unidade padrão utilizada para medir a capacidade de carga de contêineres, equivalente a um contêiner de 20 pés). O crescimento nacional no mesmo período foi de 10,2%. No total, foram movimentadas mais de 15 milhões de toneladas. Atualmente, os portos de Santa Catarina respondem por 19,25% da movimentação de contêineres do Brasil.

“Os portos de Santa Catarina seguem cumprindo o seu papel de importância dentro da logística estadual e nacional. Pelos nossos portos passam quase 20% do total de contêineres do país. Atendemos também setores do agronegócio e seguimos em constante crescimento nos últimos anos. Tudo isso é resultado de um trabalho sério e de planejamento dos gestores dos nossos portos públicos e privados”, avalia o secretário da SPAF, Beto Martins.

O Porto Itapoá encerrou o semestre como o segundo maior em movimentação de cargas containerizadas no país, com 8,1 milhões de toneladas. Em seguida aparecem a Portonave, com 4,8 milhões de toneladas, o Porto de Itajaí, com 1,4 milhão, e Imbituba, com 656,3 mil toneladas.

Na movimentação total de cargas, o Porto de São Francisco do Sul liderou em Santa Catarina, com 8,7 milhões de toneladas. Logo depois vêm Itapoá (8,1 milhões), o Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul (5,1 milhões), Portonave (4,8 milhões), Imbituba (3,6 milhões) e Itajaí (1,6 milhão). Outros terminais do estado somaram 246 mil toneladas.

“Os portos de Santa Catarina seguem cumprindo o seu papel de importância dentro da logística estadual e nacional. Pelos nossos portos passam quase 20% do total de contêineres do país. Atendemos também setores do agronegócio e seguimos em constante crescimento nos últimos anos. Tudo isso é resultado de um trabalho sério e de planejamento dos gestores dos nossos portos públicos e privados”, avalia o secretário da SPAF, Beto Martins.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

REGIÃO SUL - CAMPO MOURÃO GANHA NOVA PISTA E TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO

Investimentos do Estado e da prefeitura somaram mais de R\$ 8 milhões em obras de modernização da infraestrutura aeroviária e viária do município

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Mesmo sem operar voos comerciais regulares, o aeroporto registra em média 800 embarques e 700 desembarques por ano, entre voos executivos, operações agrícolas e atendimentos médicos. Foto: Ricardo Ribeiro/AEN

O governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD) inaugurou na sexta-feira (15) a nova pista do Aeroporto Municipal Coronel Geraldo Guia de Aquino, em Campo Mourão, no Centro-Oeste do Paraná. A obra, que contou com um investimento total de R\$ 5,7 milhões, teve como foco a recuperação e modernização da infraestrutura do terminal.

A intervenção envolveu o recape de 1,4 quilômetro da pista de pouso e decolagem, além da construção de uma área de manobra, taxiway e pátio de aeronaves. No total, foram feitos trabalhos de revestimento asfáltico em mais de 49 mil metros quadrados.

“O aeroporto de Campo Mourão está sendo modernizado para atender às demandas de aviação agrícola, de aviação executiva e de transporte aéreo de órgãos, que o Paraná é líder nacional. Investimentos como este atraem negócios para a região, fortalecem a economia regional e, mais importante, ajudam a salvar vidas”, afirmou o governador Ratinho Junior.

O projeto foi viabilizado a partir de um convênio entre o governo estadual e a prefeitura. A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Seil) destinou R\$ 5 milhões, enquanto o município contribuiu com R\$ 705 mil.

Mesmo sem operar voos comerciais regulares, o aeroporto registra em média 800 embarques e 700 desembarques por ano, entre voos executivos, operações agrícolas e atendimentos médicos. A expectativa do governo é de que a nova estrutura também abra espaço para a formação de mão de obra especializada. “Existe uma grande demanda por este tipo de trabalho e queremos usar esta área para instalar oficinas de aviões e drones. Isso vai ajudar a capacitar os trabalhadores da região e gerar renda”, disse o governador.

Segundo informações do governo do Paraná, a obra do aeroporto se soma a outros investimentos em infraestrutura de transporte realizados recentemente em Campo Mourão e na região Centro-Oeste do estado. Entre eles estão a duplicação dos trechos urbanos da PR-317 e PR-840, que receberam aporte de R\$ 40 milhões, além da construção de duas passarelas sobre a PR-317, na saída para Maringá, com investimento de R\$ 5,3 milhões.

“Campo Mourão é uma cidade de vocação logística, onde há um importante entroncamento que liga o setor produtivo com diversas regiões do Estado. O investimento no aeroporto, integrado aos aportes em infraestrutura viária, é importante para a economia local e para o desenvolvimento regional”, disse o secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex.

Terminal de passageiros

Paralelamente à obra de recapeamento da pista, a prefeitura de Campo Mourão concluiu a construção de um novo terminal de passageiros, também inaugurado nesta sexta-feira. A antiga estação, datada da década de 1960, já não atendia mais às necessidades da cidade.

Com investimento de R\$ 2,8 milhões, o novo prédio busca oferecer mais conforto aos usuários e ampliar a capacidade do aeroporto. Para o prefeito Douglas Fabrício, a modernização representa um avanço estratégico para a economia do município. “São investimentos que se traduzem em mais segurança, mais capacidade e novas oportunidades para o nosso município. É uma obra estratégica para atrair investimentos e fomentar o turismo e os negócios”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

REGIÃO SUDESTE - Porto de Santos testa solução inovadora para gestão de resíduos

Tecnologia da startup Data Overseas utiliza câmeras e algoritmos de IA para identificar detritos em áreas operacionais e apoiar ações de gestão ambiental

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Para o presidente da APS, Anderson Pomini, a inovação representa um avanço na agenda ambiental da companhia: “Esta tecnologia não apenas atende às exigências contratuais da bolsa, mas tem potencial de redefinir nossos padrões de monitoramento ambiental”

A Autoridade Portuária de Santos (APS) validou oficialmente a solução Vanguard, sistema inteligente de monitoramento de resíduos sólidos criado pela startup Data Overseas. A assinatura do documento ocorreu na última terça-feira (12), na

sede da estatal, marcando a conclusão de um projeto originado no ESG Challenge 2024 — primeiro hackathon promovido pela APS — e viabilizado por uma bolsa de inovação de R\$ 36 mil, administrada pela Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

A tecnologia foi apresentada durante o evento pelo diretor da startup, professor Renato Marcio. O sistema combina câmeras de alta precisão e algoritmos de inteligência artificial para identificar resíduos diversos em áreas operacionais do Porto. Em testes controlados, demonstrou eficácia na detecção automática de materiais.

Para o presidente da APS, Anderson Pomini, a inovação representa um avanço na agenda ambiental da companhia: “Esta tecnologia não apenas atende às exigências contratuais da bolsa, mas tem potencial de redefinir nossos padrões de monitoramento ambiental”.

A Vanguard utiliza sensores ópticos integrados a um sistema de visão computacional capaz de detectar, classificar e georreferenciar resíduos em tempo real. Durante a prova de conceito, realizada em 27 de junho de 2025, a solução analisou fluxos operacionais simulados com dados fictícios, identificando plásticos, metais e resíduos orgânicos com precisão. O sistema também gera alertas automáticos para as equipes de gestão ambiental, permitindo resposta imediata e mapeamento de pontos críticos de acúmulo de detritos.

Com a validação técnica, a tecnologia seguirá para fase piloto, com a perspectiva de integração ao Sistema de Gestão Ambiental da APS e possibilidade de replicação em outros portos brasileiros. Segundo Claudio Bastos, superintendente de Governança da APS, o modelo se destaca pelo caráter cole-vo: “Esta conquista é fruto de um ecossistema que une startups, poder público e fomento à pesquisa. O modelo servirá de referência para futuras parcerias em inovação”.

Origem e desenvolvimento

A solução foi concebida no ESG Challenge, realizado em junho de 2024 no Parque Tecnológico de Santos, quando a Data Overseas esteve entre as oito equipes finalistas. O desafio propôs a criação de tecnologias voltadas a práticas ambientais, sociais e de governança, com foco em temas como gestão de resíduos, crise climática e inclusão portuária.

Como vencedora, a startup recebeu não apenas a bolsa de R\$ 36 mil, mas também 12 meses de incubação no Parque Tecnológico e mentoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), apoio que permitiu o aprimoramento da plataforma.

O projeto foi desenvolvido com intermediação da Fundação Cenep, responsável pela execução do programa de bolsas da APS e pela promoção de parcerias entre academia, setor público e empreendedores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO RECEBE SELO PRATA POR GESTÃO DE EMISSÕES

Certificação do Programa Brasileiro GHG Protocol reconhece práticas sustentáveis e avanços ambientais do porto

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Inventário de emissões e investimentos ambientais garantem Selo Prata ao Porto de São Sebastião. Foto: Divulgação.

O Porto de São Sebastião conquistou, pela primeira vez, o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, reconhecimento que atesta a transparência e a eficiência da autoridade portuária na gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE). O certificado é concedido a organizações que elaboram e registram publicamente seus inventários de emissões, demonstrando compromisso com práticas ambientais responsáveis.

O resultado é fruto do Inventário de Emissões de GEE – ano-base 2024, que contabilizou todas as emissões atmosféricas associadas às operações do Porto. O levantamento não apontou a necessidade de compensação das emissões no período, reforçando a efetividade das ações já adotadas.

Atualmente, o Selo Prata exige a elaboração e publicação do inventário, enquanto o Selo Ouro inclui ainda a auditoria independente por uma empresa aprovada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). O Porto de São Sebastião já se prepara para cumprir essa etapa em 2026, ampliando a credibilidade dos dados e aproximando-se do mais alto padrão de reconhecimento nacional e internacional.

Além dessa conquista, a autoridade portuária vem registrando avanços expressivos em sustentabilidade. No levantamento mais recente, referente a 2025, o Porto atingiu 96,31 pontos no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), superando os 92,77 pontos obtidos no ano anterior. Somente em 2024, foram investidos cerca de R\$ 3,5 milhões em ações ambientais.

O crescimento sustentável acompanha a expansão operacional. Em 2024, o Porto movimentou 1,527 milhão de toneladas, alta de 48% em relação a 2023, com destaque para cargas como açúcar, barrilha, coque de petróleo, malte e cevada.

Para manter o equilíbrio entre expansão e responsabilidade ambiental, o Porto utiliza o GHG Protocol para monitorar e gerenciar emissões diretas e indiretas. O principal indicador adotado para a gestão das emissões é a relação CO₂/tonelada de carga movimentada, acompanhada mensal e anualmente. Essa métrica orienta ações para reduzir emissões, tanto na área administrativa quanto nas operações, além de estimular parceiros e operadores a elaborarem seus próprios inventários.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/08/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - INCLUIR, EM TEMPOS EM QUE AS DIVERSIDADES NÃO PARAM DE AUMENTAR



HUDSON CARVALHO

Consultor em Gestão de Pessoas e Estratégia Empresarial,
diretor executivo da Elabore Online – Resultados Através das Pessoas

opinioao@portalbenews.com.br | elaboreonline@gmail.com

“Faz aquilo que achares justo, mesmo que o outro pense diferente.”

Pitágoras

Entendo que seja absolutamente impossível fazer negócios hoje em dia, sem considerar o tripé formado pelas letras E.S.G.

Você já conhece o seu significado, mas supondo que tenha chegado agora ao planeta, reescrevo: Environmental (as justas preocupações com o Meio Ambiente e os efeitos que pode trazer à vida humana), Social (as mais que necessárias ações para tentar diminuir as imensas diferenças sociais que enfrentamos) e Governance (as preocupações com seguir à risca o que determinam a



Legislação, as Normas, o Mercado e as boas práticas de gestão). Você já deve ter lido também sobre o meu incômodo com a menor carga de discussão que o “G” recebe frente às demais, visto serem as ações de gestão que comandam todo o restante. Mas isso já foi e continuará sendo, conversa para outro dia.

Como consultor em Recursos Humanos e em gestão de organizações, sou chamado com frequência a formatar soluções em diferentes áreas. Foi uma dessas demandas que me chamou de volta para o tema sobre o qual quero caminhar junto com você nesse texto.

É uma trilha de preocupação, no Universo do “S”, falando especificamente de inclusão no mundo do trabalho, da enorme quantidade perfis diversos que compõem a sociedade.

Confesso que me causa certa tristeza ter que tratar desse tema.

Afinal, por baixo da pele – seja ela de que cor for, se somos homens ou mulheres, da opção religiosa ou sexual que tenhamos, e por aí vai, somos todos iguais, pertencentes ao Gênero Humanos, iguais em essência. Ponto!

Pode comparar o seu DNA com o vizinho: será 99%, com muitos noventa e nove depois da vírgula, igual ao dele.

Se somos mais iguais do que diferentes, por que nos concentramos nas diferenças que nos afastam, mais do que nas similaridades que nos aproximam?

Perceba que é muito fácil cair na cilada da segregação, da separação: experimente dividir um grupo até então harmônico, em dois subgrupos, e dar à cada metade uma camiseta de cor diferente. Pronto: o “nós contra eles” estará instaurado.

Tome como exemplo o Oriente Médio e sua interminável história de conflitos, por exemplo. Apesar de viverem sob as mesmas condições geográficas, alimentarem-se de forma similar, possuírem música e dança parecidos, etc, preferem a discordar entre si do que abraçarem-se. Dói.

Nos falta exercitar a empatia, essa capacidade de nos colocarmos no lugar do outro. Falta-nos tolerância e até a humildade de aceitar que o outro pode estar agindo, sendo ou pensando de forma mais adequada do que a nossa.

No mundo do trabalho acontece da mesma forma: temos que criar uma Lei, uma sigla e programas especiais para incluir pessoas com dificuldades físicas, emocionais ou intelectuais, simplesmente porque não aceitamos com naturalidade o fato de que – seja com que “deficiência” for, elas merecem as mesmas oportunidades do que qualquer um de nós. Aliás, escrevo o termo deficiência entre (muitas) aspas porque ele por si só não garante a análise. Quem garante que o avaliado seja pior ou melhor do que quem avalia?

Será que não se trata de fazer o caminho contrário? Entender, sem pré julgamento, quais são as competências que essa pessoa possui e encaixá-las naturalmente num posto de trabalho que absorva o que ela tem para oferecer. Haverá necessidade de adaptar ambientes e comportamentos. Sem dúvida alguma. Mas é esse desejo de perseguir o melhor acolhimento, que nos torna mais e mais iguais. E mais humanos.

E se as dificuldades forem intransponíveis, de verdade?

Então superaremos ainda mais a nossa capacidade de acolher dignamente a todos e criaremos as melhores condições – aí sim especiais – de acomodar em nossa sociedade com dignidade e qualidade de vida, todos aqueles que não puderem interagir em nenhum nível. Mas só depois de esgotarmos todas as possibilidades.

Incluir de verdade, em nossos corações e mentes, dá muito mais trabalho do que criar um Projeto ou um Programa. É uma opção de vida à qual nenhum de nós pode se furtar, sob pena de sermos menos humanos do que parecemos.

Hudson Carvalho é Consultor em Estratégia de Gestão de Pessoas, Diretor Regional da WISDOM – Gestão Organizacional (Desenvolvemos Pessoas e Processos) para o ABCD e Baixada Santista e Diretor Executivo da ELABORE-ONLINE – Pessoas e Resultados.

elaboreonline@gmail.com | <https://wa.me/message/5S2EHIT7sESXHB1>

SE SOMOS MAIS IGUAIS DO QUE DIFERENTES, POR QUE NOS CONCENTRAMOS NAS DIFERENÇAS QUE NOS AFASTAM, MAIS DO QUE NAS SIMILARIDADES QUE NOS APROXIMAM?

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/08/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - A BRASKEM DE VOLTA À ORIGEM?



WALDECK ORNÉLAS

Ex-ministro da Previdência Social, especialista em Planejamento Urbano-regional e autor de Cidades e Municípios: gestão e planejamento
opinioao@portalbenews.com.br

Carro-chefe da economia baiana, o Complexo Petroquímico do Nordeste, instalado em Camaçari, tem se constituído em uma grande fonte de preocupações, na medida em que, há bastante tempo, não acompanha a dinâmica do setor. A falta de investimentos acarreta defasagem tecnológica e perda de escala – com fechamento de unidades –, impondo a necessidade de, com urgência, promover sua reestruturação.

Implantado durante a década de 1970, com o início de operações da Central de Matérias Primas (Copene) em junho de 1978, o Polo começou sob o modelo tripartite, reunindo, em cada projeto, capitais estatal, nacional e estrangeiro, sob a liderança da Petrobras/Petroquisa.

Constituída em 1980, a Nordeste Química S/A (Norquisa), consolidou as ações ordinárias que 17 empresas do Complexo detinham na Copene (47,19%), passando a compartilhar a gestão com a Petroquisa (48,16%). Em 1995, com o leilão das ações da Petroquisa, a Norquisa assumiu o controle da Copene. Em 2002, a partir da integração de seis empresas do Polo, sendo uma delas a Copene, foi criada a Braskem, sob controle da Odebrecht, mantida a participação significativa da Petrobras.

Ao contrário do que se poderia esperar, a partir daí, a Braskem ganhou o mundo e esqueceu-se de suas origens. Marcus Alban, em artigo publicado à época, vaticinou este caminho, em prejuízo das economias baiana e nordestina.

Hoje, em meio às notícias sobre a venda do controle acionário da Braskem, reconhecendo que a Bahia é o berço da empresa, seu atual presidente, em entrevista periódica para apresentação de resultados financeiros, anunciou o propósito de voltar-se, finalmente, para as unidades do Polo de Camaçari, visando o desenvolvimento aqui de um projeto verde, como já aconteceu no polo do Rio Grande do Sul.

Embora o plano ainda não esteja aprovado, as unidades na Tailândia e, no Brasil, a da Bahia, estariam contempladas, incluindo a substituição parcial da matéria-prima, ampliando o uso do gás. A realização de novos investimentos ocorre normalmente, independente e em paralelo à discutida



transferência do controle acionário, mas, até agora, nunca havia contemplado as instalações da Bahia.

Nesse contexto, a utilização de matérias primas vegetais pode ser uma forma de modernizar a produção e reduzir a dependência de fontes fósseis. Neste sentido são cogitados o etanol de milho (há duas plantas em implantação no Oeste baiano) e de agave, objeto de pesquisa pelo Cimatec, no sertão baiano.

Com isto, renasce a esperança de que o Polo Petroquímico de Camaçari possa retomar o seu curso, passando por significativa modernização.

Não custa lembrar que a implantação do Complexo Petroquímico do Nordeste decorreu de uma intensa luta pela desconcentração territorial da indústria nacional, objetivo que foi esquecido ao longo das diversas mudanças havidas na governança do Complexo.

Nem por isto, a Bahia e o Nordeste devem negligenciar a necessidade de um trabalho persistente para resgatar o conceito inicial e, com resiliência e determinação, retomar a saga dos anos 1970.

Neste sentido, é alvissareira a informação dada pelo presidente da Braskem – pelo fato de a empresa concentrar o maior conjunto de unidades do Polo, inclusive sua central de matérias-primas –, mas não é suficiente.

Faz-se indispensável a participação ativa da Petrobras – que é sócia relevante da Braskem – para assegurar a aprovação do plano de investimentos e, sobretudo, sua implementação, zelando pela valorização deste seu ativo.

Indispensável também mobilizar outros agentes para agregar forças que, em conjunto, sejam capazes de promover o reerguimento do Complexo Petroquímico do Nordeste.

Destaque-se, nesse ínterim, a chegada da Basf, com o seu complexo acrílico e a sua experiência na contínua reestruturação do complexo petroquímico de Ludwigshafen, na Alemanha. Mais recentemente, também a Unipar implantou, em Camaçari, a primeira unidade greenfield do grupo.

Do mesmo modo, a Bahia conta hoje com a presença de um polo tecnológico – o que não existia nos anos 1970 – representado pelo Senai Cimatec, uma iniciativa da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), com mais de duas décadas de experiência e crescimento, estruturando um dos mais importantes centros de PD&I do país.

Neste momento, a crise mundial que afeta o setor não deve servir de desculpas para cruzar os braços, porque aconteceria o pior. Retomo aqui o que propus em artigo anterior:

Já é passada a hora de uma grande mobilização, com o governo do Estado, em articulação local com a Fieb e o Cofic, e nacional, com o Mdic, Bndes e Finep, outra vez sob a liderança executiva da Petrobras, para reestruturar o Complexo Petroquímico do Nordeste, ao abrigo da política nacional de neoindustrialização, resgatando e atualizando este que é um dos esteios da indústria nacional.

HOJE, EM MEIO ÀS NOTÍCIAS SOBRE A VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO DA BRASKEM, RECONHECENDO QUE A BAHIA É O BERÇO DA EMPRESA, SEU ATUAL PRESIDENTE, EM ENTREVISTA PERIÓDICA PARA APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS, ANUNCIOU O PROPÓSITO DE VOLTAR-SE, FINALMENTE, PARA AS UNIDADES DO POLO DE CAMAÇARI, VISANDO O DESENVOLVIMENTO AQUI DE UM PROJETO VERDE, COMO JÁ ACONTECEU NO POLO DO RIO GRANDE DO SUL



BAHIA ECONÔMICA - BA

INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS INJETA MAIS DE R\$ 325 BI POR ANO NAS CONTAS PÚBLICAS

Por Victoria Isabel - 18/08/2025 18:58



Foto: Divulgação/Petrobras

Um estudo inédito do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) revela a dimensão da importância do setor de óleo e gás (O&G) para o financiamento de políticas públicas no Brasil. A análise aponta que a indústria é responsável por uma arrecadação anual superior a R\$ 325 bilhões para os cofres da União, estados e municípios, considerando os dados de 2023.

O levantamento “Importância do setor de O&G para as contas públicas” detalha que, somente em 2023, a arrecadação federal atribuída ao setor ultrapassou R\$ 155,8 bilhões. Para dimensionar o impacto, o montante seria suficiente para financiar, alternativamente:

- 102% de todo o orçamento do Ministério da Educação;
- 84% dos recursos destinados à Saúde;
- 58% do orçamento da Assistência Social;
- 16% de todo o orçamento da Previdência Social.
- O valor também supera em 58% todo o montante reservado para a área do Trabalho.

“Estes números mostram que a relevância do setor de óleo e gás para o Brasil vai muito além da matriz energética. Somos um pilar essencial para a sustentabilidade do estado de bem-estar social, financiando desde a aposentadoria do cidadão até a educação de crianças e jovens e o atendimento no SUS”, afirma Roberto Ardenghy, presidente do IBP. “Para que essa contribuição massiva continue a impulsionar o desenvolvimento nacional, é fundamental um ambiente de negócios com previsibilidade regulatória e políticas que estimulem os investimentos”.

Impacto nos Estados

A análise demonstra que a relevância do setor também é crucial para os entes subnacionais. Em média, a arrecadação gerada pela indústria de O&G equivale a cerca de 13% dos orçamentos estaduais. Isso ocorre tanto pelo repasse de Royalties e Participações Especiais (PE) quanto pela arrecadação de ICMS sobre combustíveis, que em 2023 totalizou R\$ 116 bilhões.

O caso mais emblemático é o do Rio de Janeiro, onde a arrecadação de R\$ 30,4 bilhões proveniente do setor equivale a 34% das receitas totais do estado. O estudo destaca ainda a importância do ICMS para estados não produtores, como Goiás, onde o imposto sobre combustíveis representa 24% da arrecadação total do tributo, e Mato Grosso do Sul, com 26%.

O estudo do IBP consolida, de forma inédita, as diversas fontes de receita geradas pelo setor, incluindo, além do ICMS e das participações governamentais (Royalties e Participações Especiais), os valores de Bônus de Assinatura, o Lucro-Óleo da União nos contratos de partilha e os tributos federais gerais, como PIS/Cofins, CSLL e IRPJ, que incidem sobre toda a cadeia produtiva.

A análise conclui que o setor de óleo e gás se mantém como um ativo estratégico para o Brasil, não apenas sob a ótica energética, mas como um pilar do financiamento público. A continuidade e o fortalecimento da indústria são, portanto, essenciais para gerar riqueza, empregos e as receitas que financiam o desenvolvimento nacional e o bem-estar da população.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 18/08/2025

NORDESTE LIDERA RANKING NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM 2025; CONFIRA

Por Matheus Souza - 18/08/2025 19:00 - Atualizado 18/08/2025

Um mapeamento do Observatório Nacional da Economia Popular e Solidária revelou que a região Nordeste lidera com 38,4% o ranking de empreendimentos voltados à 'economia solidária' no país, segundo dados elaborados pela DIEESE e CADSOL.



- Confira a lista completa:
- Nordeste (38,4%)
- Sudeste (22,9%)
- Sul (15,7%)
- Norte (13,7%)
- Centro Oeste (9,2%),

Embora não sejam amplamente difundidos, os empreendimentos de economia solidária (EES) são modelos já utilizados em cooperativas de reciclagem e crédito, além dos grupos de agricultura familiar. Com

cerca de 27 mil integrantes à categoria, esses empreendimentos são frequentemente subdivididos em associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis.

No Brasil, a EES acendeu por volta dos anos 80', já que a crise instaurada durante a "década perdida" (1980 – 1990) fez com que os trabalhadores se movessem para criar alternativas baseadas na colaboração. A fim de se esquivar da crise, a economia solidária propôs uma gama de atividades baseadas em comércio justo, cooperação, gestão democrática e participativa, e distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente.

Décadas depois, esse movimento deu um passo importante com a sanção da Lei Nº 15.068 (Paul Singer) em 2024, que prevê, entre outros avanços, a ampliação do acesso ao crédito para empreendimentos solidários. Essa nova legislação, no entanto, trouxe novos desafios quanto à adaptação das organizações às exigências legais. Inserida neste cenário, a diretora da Brasília Contabilidade, Cristiane Almeida, destaca a necessidade de adequação cuidadosa às novas regras e formalidades, seja na prestação de serviços ou venda de produtos.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 18/08/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

PRODUTORES DE CAFÉ SE REÚNEM COM DEPARTAMENTO DE ESTADO E PEDEM PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA NOS EUA

Em conversa virtual realizada sexta passada produtores brasileiros argumentaram que tarifaço impactará no bolso dos consumidores americanos

Por Janaína Figueiredo — Buenos Aires



Produtores brasileiros de café intensificam conversas com os EUA sobre tarifaço — Foto: Gabriel de Paiva

Na última sexta-feira, representantes do setor do café brasileiro se reuniram virtualmente com funcionários do Departamento de Estado dos Estados Unidos, para defender a exclusão do produto da tarifa de 50% imposta pelo governo de Donald Trump a vários setores da economia brasileira que exportam para o mercado americano.

Foi uma primeira conversa, na qual o setor reiterou os argumentos já apresentados por escrito ao USTR (United States Trade Representative, o Representante Comercial dos Estados Unidos), e solicitou estar presente na audiência pública prevista para os dias 3 e 4 de setembro, em Washington.

A audiência acontecerá no marco do processo da chamada seção 301, prevista na Lei de Comércio dos EUA de 1974, que permite ao USTR investigar atos, políticas ou práticas estrangeiras que violem acordos comerciais internacionais.

A reunião de sexta passada, articulada com a ajuda do deputado Evair Vieira de Melo, do PP-ES, e da embaixada dos EUA em Brasília, foi considerada muito importante pelo setor, que representa 32% do café consumido no mercado americano.

Foi um primeiro passo, explicou ao GLOBO Marcos Matos, diretor executivo da Cecafé, “para iniciar um diálogo que continuará presencialmente, em Washington”. O executivo será parte da missão da Comissão Nacional da Indústria (CNI) que irá aos EUA em setembro. Um de seus principais objetivos é estar presencialmente na audiência da seção 301.

Antes do encontro de sexta passada, foram enviadas cartas ao encarregado de negócios americano em Brasília, Gabriel Escobar, e a autoridades nos EUA, entre elas o próprio presidente Donald Trump.

Em Washington, a embaixada brasileira chefiada pela embaixadora Maria Luiza Viotti vem ajudando o setor do café e muitos outros a participarem do processo no USTR, cumprir com todas as normas exigidas em matéria de documentação, e avançar num caminho que possa levar à revisão do tarifaço de Trump.

— Falamos por uma hora e meia, e nossos interlocutores entenderam que o pleito é legítimo. Pedimos estar em Washington, participar da audiência, e continuar dialogando — explica Matos.

Quando a Cecafé enviou sua documentação e seus argumentos ao USTR no marco da seção 301, acrescentou o executivo, “foi dito que gostaríamos de formar parte da defesa”. O principal argumento dos produtores reunidos na Cecafé é de que o tarifaço de Trump ao Brasil vai prejudicar — e já está prejudicando — o consumidor americano.

— O mercado de café hoje apresenta baixos níveis de estoque, e medidas como esta são muito prejudiciais. Os custos acabam sendo pagos pelos consumidores, neste caso, os americanos — afirma Matos.

Segundo o diretor executivo da Cecafé, desde o anúncio do tarifaço, em 9 de julho passado, o preço da libra peso de café passou de US\$ 2,70/2,80 para US\$ 3,40.

— Quem vai pagar a conta de tudo isso é o consumidor americano — enfatiza Matos.

De acordo com dados da Associação Nacional do Café dos EUA (NCA, National Coffee Association), o mercado interno americano gera 2,2 milhões de empregos e um faturamento de US\$ 343 bilhões anuais, o que representa 1,2% do PIB dos EUA.

Na reunião da semana passada, os brasileiros lembraram que para cada 1 dólar de café importado, são gerados 43 dólares na economia americana. Cerca de 76% da população americana toma café diariamente. Os consumidores americanos gastam mais de US\$ 300 milhões em produtos de café todos os dias — quase US\$ 110 bilhões por ano.

Na conversa também falou-se da solidez da parceria entre Brasil e EUA, dos critérios sociais ambientais da produção de café no Brasil, e da dificuldade que os americanos terão para substituir o café brasileiro, se houver uma queda nas importações.

Na Colômbia, produtores nacionais afirmam em entrevistas a meios locais que o país, que foi taxado em 10% pelo governo Trump, não tem como substituir a falta do café brasileiro.

— Nosso objetivo é escalar nas negociações, buscando novos contatos. Ainda não estamos no nível de secretários, mas estamos trabalhando nessa agenda, e pedimos formação de grupo de trabalho — concluiu Matos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

EMBRAER SE DEFENDE DE INVESTIGAÇÃO DE ÓRGÃO AMERICANO E DIZ QUE TARIFAS SERIAM CONTRA INTERESSE DOS EUA

Escritório da Casa Branca apura supostas práticas comerciais ilegais

Por Bernardo Lima — Brasília



Embraer — Foto: Paul Thomas / Bloomberg

Em carta enviada ao governo americano, a Embraer afirmou que a imposição de restrições a importações da empresa seria “diretamente contrários” aos interesses dos Estados Unidos.

Em resposta protocolada junto ao Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), nesta segunda-feira, a Embraer afirma que desempenha um papel “crítico” para o sistema aéreo americano, e que a empresa e suas afiliadas americanas, “geram enormes benefícios líquidos” para o país.

O documento da Embraer foi protocolado na investigação aberta contra o Brasil em que os EUA alegam supostas práticas comerciais desleais nos termos da Seção 301. Está é uma parte da Lei de Comércio dos EUA, de 1974, que permite que o USTR realize apurações sobre práticas que supostamente prejudicam o comércio internacional americano.

A investigação do USTR acusa o Brasil de seis práticas comerciais desleais: acesso ao mercado de etanol do Brasil, desmatamento ilegal, falhas na fiscalização de medidas de anticorrupção, tarifas preferenciais injustas, proteção da propriedade intelectual e políticas relacionadas ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, incluindo o sistema de pagamento Pix.

O governo brasileiro deve responder a este relatório hoje. A Embraer, por sua vez, diz que não tem relação com nenhuma das práticas investigadas.

“Usar a Seção 301 para impor tarifas sobre nossos produtos e cadeias de suprimentos seria contrário aos interesses dos EUA. Instamos o governo a reconhecer os enormes benefícios que a Embraer gerou para os Estados Unidos e a evitar tarifas ou outras restrições à importação que apenas serviriam para comprometer esse sucesso”, diz a carta enviada.

A Embraer afirma que atualmente gera 12.500 empregos nos EUA: 2.500 funcionários diretos e 10.000 empregos adicionais na cadeia de suprimentos.

“As aeronaves da Embraer também desempenham um papel fundamental no sistema de transporte aéreo dos EUA. Nossas aeronaves transportam com segurança aproximadamente 100 milhões de passageiros nos Estados Unidos todos os anos, representando cerca de 10% de todo o tráfego aéreo de passageiros dos EUA e formando a espinha dorsal de muitas frotas de companhias aéreas americanas”, acrescenta.

Mais de 2.000 aeronaves comerciais da Embraer operam atualmente nos Estados Unidos, para companhias aéreas americanas como American, Delta, United e Alaska Airlines. Aproximadamente um terço dos voos de e para o Aeroporto Nacional Ronald Reagan, em Washington, são operados por aeronaves comerciais da Embraer.

A empresa ficou de fora da sobretaxa de 50% imposto sobre produtos brasileiros. Porém, ainda tem uma taxa de 10%, que a empresa quer zerar.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/08/2025

REFORMA ADMINISTRATIVA PREVÊ FIM DAS FÉRIAS DE 60 DIAS E LIMITE DE TRABALHO REMOTO A UM DIA PARA SERVIDORES

Relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) quer apresentar texto final da proposta ainda esta semana
Por Luísa Marzullo — Brasília



O deputado Pedro Paulo — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) deve apresentar nos próximos dias o texto da Reforma Administrativa, que prevê alterar regras da gestão pública e estabelecer critérios mais rígidos para as carreiras do funcionalismo. A expectativa é que a proposta seja votada em setembro.

O relator adiantou, nesta segunda-feira, que entre os principais pontos está o fim das férias de 60 dias, unificando a regra para 30 dias anuais de descanso para todos os servidores. A proposta também endurece o controle sobre as verbas indenizatórias, reduzindo os chamados penduricalhos que elevam os salários acima do teto constitucional.

Outro eixo central é a progressão baseada em desempenho, com avaliações periódicas como requisito para promoções. O projeto prevê ainda um 14º salário condicionado ao cumprimento de metas, além da implementação de bônus por resultados, alinhando remuneração e meritocracia.

A reforma estabelece limites para a ocupação de cargos e a forma de contratação. Contratos temporários terão duração máxima de cinco anos e estarão sujeitos a uma quarentena de 12 meses antes de eventual recontração. O trabalho remoto ficará restrito a um dia por semana, reforçando a presença física nas repartições.

No âmbito federativo, o projeto define um teto para o número de secretarias em municípios que dependam de mais de 50% de repasses federais, medida inspirada na regra que já estabelece a quantidade de vereadores conforme a população.

Também será fixado um limite salarial de 20% da remuneração dos governadores para secretários municipais, reduzindo disparidades em cidades menores.

Além disso, o texto prevê a criação de uma identidade única para servidores, a obrigatoriedade de atos digitais rastreáveis e o fortalecimento do Concurso Nacional Unificado, que passará a incluir vagas em estados e municípios.

Pedro Paulo já começou a apresentar a proposta às principais bancadas, incluindo União Brasil e PSD. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou apoio e pretende levar o texto ao plenário no início de setembro.

Segundo Motta, a modernização não tem o objetivo de perseguir o servidor da ativa, mas de estabelecer novos parâmetros de eficiência para atuais e futuros servidores. O relator afirma que a estratégia é construir um acordo amplo para que o projeto vá direto ao plenário, sem passar por comissões, reduzindo o risco de alterações que possam enfraquecer a reforma.

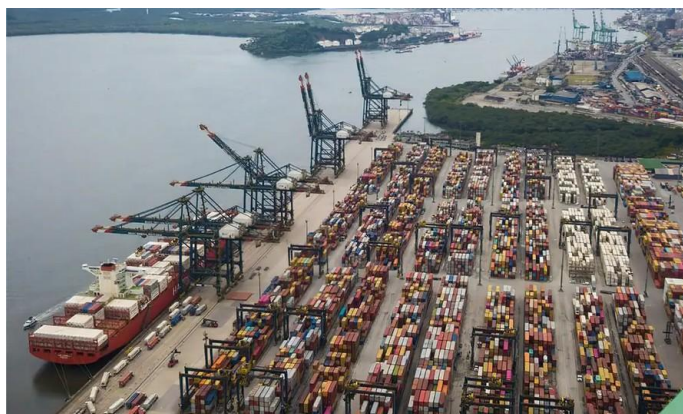
Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

CNI ENVIA DEFESA AOS EUA E PEDE USO DE CANAIS DE COOPERAÇÃO EXISTENTES PARA RELAÇÃO COMERCIAL JUSTA

Entidade reforça que restrições às importações colocariam em risco a parceria bilateral e defende ambiente de negócios previsível, inovador e sustentável.

Por Bruno Rosa — Rio



Exportações brasileiras estão sendo afetadas pelo tarifaço de Trump — Foto: Divulgação Porto de Santos via Agência Brasil

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou nesta segunda-feira ao Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) um documento no qual buscou rebater críticas e destacar avanços do Brasil em diferentes áreas estratégicas, no âmbito do processo aberto pelo governo norte-americano contra o que

classifica como “práticas desleais” de comércio supostamente praticadas pelo país.

Na defesa, a CNI afirma que o Brasil não adota práticas que prejudiquem empresas americanas no comércio digital e nos serviços de pagamentos eletrônicos, citando o Pix como exemplo de inovação comparável ao FedNow, do Federal Reserve. Ressaltou seus efeitos positivos sobre a inclusão financeira e o comércio eletrônico.

Outro ponto destacado pela entidade é que as preferências tarifárias concedidas a países como México e Índia estão em conformidade com acordos internacionais, sem afetar a competitividade dos Estados Unidos, que já se beneficiam de tarifas médias mais baixas no mercado brasileiro, em torno de 2,7%, contra 4,7% para produtos indianos e 3,2% para mexicanos.



O documento ressalta ainda o arcabouço legal anticorrupção do Brasil, com destaque para a independência do Judiciário e a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) — fatores que, segundo a entidade, garantem previsibilidade e segurança ao ambiente de negócios.

Em relação à propriedade intelectual, a CNI cita medidas que reduziram o tempo médio de análise de patentes para 2,9 anos em 2025 — próximo aos padrões de países desenvolvidos —, além de políticas de combate à falsificação e à pirataria. A entidade também rebate críticas relacionadas ao etanol, afirmando que o Brasil não adota práticas discriminatórias contra os Estados Unidos e lembrando que, como maiores produtores globais do biocombustível, os dois países têm interesse comum em expandir a demanda internacional.

Na agenda ambiental, a CNI destaca o fortalecimento das leis e da fiscalização contra o desmatamento ilegal, além do controle rigoroso sobre a produção e comercialização de produtos florestais, que exige licenciamento em todas as etapas da cadeia produtiva.

"Ainda assim, na medida em que o USTR conclua que quaisquer ações sob a Seção 301 sejam justificadas, instamos a Administração a reconhecer que restrições às importações apenas colocariam em risco a relação mutuamente benéfica entre os Estados Unidos e o Brasil. O USTR deveria recomendar que Estados Unidos e Brasil utilizem os canais estruturados de cooperação já existentes para garantir que a relação comercial e de investimentos continue justa, recíproca e benéfica para ambos os países", disse a CNI.

CNA já fez defesa na sexta-feira

A defesa da CNI se soma ao posicionamento apresentado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na última sexta-feira. A CNA afirmou que sua manifestação se concentra em três dos seis pontos da investigação americana: "Tarifas Preferenciais", "Acesso ao Mercado de Etanol" e "Desmatamento Ilegal".

— O Brasil se tornou um grande exportador agrícola porque somos altamente produtivos e competitivos. A CNA, que representa mais de 5 milhões de produtores rurais brasileiros, tem confiança de que a investigação americana comprovará o compromisso, não só do agro, mas de toda a economia brasileira, com um comércio internacional justo, transparente e baseado em regras claras — disse Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da CNA, lembrando que os EUA são o terceiro principal destino das exportações agropecuárias brasileiras.

Sobre as "tarifas preferenciais", a CNA explicou que o Brasil concede tratamento tarifário diferenciado de forma limitada, com base em acordos compatíveis com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e com a Cláusula de Habilitação da Organização Mundial do Comércio (OMC). "Esses acordos representam apenas 1,9% das importações brasileiras e não discriminam ou prejudicam as exportações americanas", destacou a entidade, lembrando que os EUA possuem acordos de livre comércio com 20 países.

No tema "acesso ao mercado de etanol", a CNA lembrou que, entre 2010 e 2017, houve isenção tarifária para o etanol dos EUA, mas que a alíquota passou a ser de 18% com a adoção da chamada tarifa de Nação Mais Favorecida. A entidade ressaltou, no entanto, que essa taxa é inferior à aplicada aos países do Mercosul, que pagam 20%. "A política tarifária é transparente, não discriminatória e em conformidade com a OMC. A CNA defende a cooperação bilateral com os EUA na transição energética, especialmente em bioenergia e combustíveis sustentáveis, reconhecendo a relevância desses produtos para a descarbonização global", destacou.

Em relação às alegações de desmatamento ilegal, a CNA reforçou que o Brasil possui legislação ambiental robusta e avançada, além de ferramentas para garantir rastreabilidade e conformidade da produção agropecuária e da exploração de madeira.

VPORTS DOBRA CAPACIDADE PARA NAVIOS PANAMAX EM COMPLEXO PORTUÁRIO DE VITÓRIA

Por Rennan Setti



Vports — Foto: Divulgação

A Vports, autoridade portuária privada que administra os portos capixabas de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho, está dobrando a capacidade do complexo portuário para receber navios do tipo Panamax — cargueiros de grande porte, dentro dos limites para passagem no Canal do Panamá. A ampliação é resultado da atualização das normas de tráfego e de trabalhos de dragagem nos terminais.

Considerando os navios que passaram pela costa brasileira no ano passado, a nova configuração permitiria ao Complexo Portuário de Vitória receber 1.089 dessas embarcações, contra 504 nos limites anteriores, segundo cálculos da Vports.

Controlada pela gestora Quadra Capital, a Vports realizou estudos que permitiram a revisão da chamada Norma de Tráfego Marítimo e Permanência, ampliando o comprimento e a largura máximos dos navios recebidos para 245 metros e 32,5 metros, respectivamente.

Desde maio, a Vports já vinha recebendo navios de porte bruto de até 83 mil toneladas, em razão das obras de dragagem realizadas neste ano, que consumiram R\$ 30 milhões. Antes, a capacidade máxima de carga era de 70 mil toneladas.

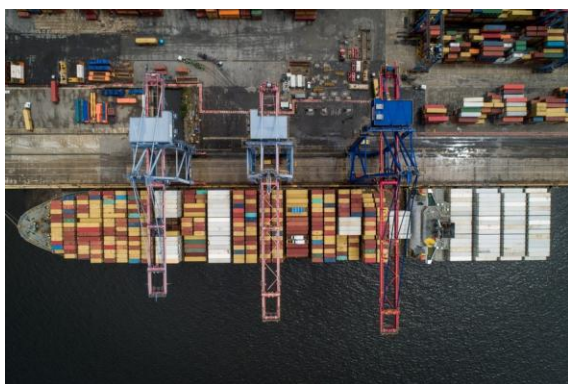
De acordo com o diretor-presidente da Vports, Gustavo Serrão, as mudanças habilitam o porto a receber navios maiores e que não possuem guindaste de bordo. Nesses casos, a operação é feita por guindastes em terra, que tendem a reduzir o tempo de operação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

EQUIPE ECONÔMICA TEME DESACELERAÇÃO EXCESSIVA DO PIB POR CAUSA DOS JUROS

Por Míriam Leitão



Porto do Rio. Navios e contêineres. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo.

A equipe econômica anda preocupada com a desaceleração da atividade e espera que o Copom inicie o ciclo de corte de juros até o final do ano. E este dado do IBC-br de junho, mesmo que seja “olhar pelo retrovisor”, mostra que a atividade já vem perdendo fôlego.

Essa tendência começou no segundo trimestre e tende a se aprofundar nos próximos meses. A economia está perdendo velocidade e capacidade de crescer. Neste dado do Banco Central, os números ainda não refletem o impacto das tarifas de 50% de Donald Trump, mas nas próximas divulgações aparecerão.

Fontes da equipe econômica avaliam que houve uma superdosagem do Banco Central ao manter os juros tão altos. O entendimento é que não tem sentido manter a Selic em 15%, o maior patamar em quase 20 anos, com a inflação despencando e a economia desacelerando.

A expectativa é que o Banco Central "acorde" logo, porque a pancada na economia foi forte, com as sete altas consecutivas de juros, e que o Copom tem "muita gordura" na Selic para queimar. A avaliação é que, se não houver cortes ainda neste ano, o crescimento pode ser duramente comprometido. Já no BC, a preocupação é que a inflação volte para o intervalo de flutuação e depois alcance à meta, de 3%.

A queda de 0,1% do IBC-Br em junho acende o alerta na equipe econômica, porque a previsão era de uma alta de 0,5% no mercado financeiro. Foi a segunda queda seguida do indicador. No acumulado do primeiro semestre, a economia ainda cresceu 1,8%, mas concentrada no desempenho forte do primeiro trimestre. O segundo trimestre mostrou perda de ritmo.

Em junho, os setores tiveram desempenhos distintos: enquanto os serviços ficaram praticamente estáveis, a indústria e a agricultura caíram. No trimestre, o setor agropecuário teve retração de 3%. Esse resultado já era esperado devido à forte sazonalidade, pois o agro costuma crescer muito no primeiro trimestre e ter variações menores (ou negativas) nos seguintes.

No caso da indústria, a situação é mais preocupante daqui para frente. O tarifaço faz com que muitos itens exportados (produtos industrializados, como máquinas, motores, peças e até aviões) para os Estados Unidos percam a competitividade.

Ninguém - governo, economistas, analistas, Banco Central - tem dúvida que o segundo semestre será de crescimento ainda mais fraco. A pergunta é quando os juros começarão a cair. No mercado financeiro, há quem aposte em cortes de juros ainda neste ano, com reduções ao longo de 2026 (O Boletim Focus aponta que a Selic deve fechar em 2026 em 12,5%). Por sua vez, o Banco Central evita dar sinalizações, administrando as expectativas.

No evento Warren Day, na tarde desta segunda-feira, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Diogo Guillen, disse que o BC ainda está analisando se essa é a taxa de juros apropriada para levar a inflação para a meta.

- Em relação ao ciclo de corte, o mercado fica debatendo para cá e para lá. O nosso ponto é o seguinte: na última reunião, a gente quis continuar a interrupção. Ou seja, a gente ainda está avaliando se essa é a taxa de juros apropriada para levar a inflação para a meta. Uma vez determinada essa taxa de juros, ela vai ficar parada por um período bastante prolongado. Então tem sido essa a comunicação que a gente tem expressado e eu acho que reflete bem assim como a gente está enxergando esse momento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

AÇÕES DA RAÍZEN DISPARAM 16% APÓS NOTÍCIA DE ESTUDO DE INVESTIMENTO PELA PETROBRAS

Reportagem do GLOBO mostrou que estatal tem na mesa desenhos para voltar ao setor de etanol
Por O Globo — Rio de Janeiro



Raízen: Petrobras estuda comprar ativos da empresa — Foto: Victor Moriyama / Bloomberg

As ações da Raízen dispararam no pregão desta segunda-feira e chegaram a subir 16% após a notícia de que a Petrobras estuda investir na empresa. Com o forte avanço, a empresa liderou a ponta positiva do Ibovespa, o principal índice da Bolsa.

O papel chegou a alcançar R\$ 1,21, encerrando a segunda-feira em alta de 10,58%, valendo R\$ 1,15. O

volume financeiro (valor do papel vezes o número de trocas) foi de R\$ 62,7 milhões, 65% maior que o registrado no pregão anterior.

Reportagem do GLOBO de sábado mostrou que a estatal analisa diversas possibilidades, como se tornar sócia da companhia ou comprar ativos, o que marcaria sua volta ao setor de etanol, estratégia já anunciada por Magda Chambriard.

Com a valorização registrada até o início da tarde, a empresa recuperou R\$ 1,1 bilhão em valor de mercado, alcançando R\$ 11,9 bi. Ainda assim, a ação registra uma desvalorização de 46% em 2025.

Para a Ativa Investimentos, a perspectiva de contar com a Petrobras como sócia é positiva para a Raízen, sob a ótica de crédito e novas perspectivas: “Ainda que o desenho final não esteja definido, a sinalização mostra que a companhia tem alternativas para reforçar sua estrutura de capital e buscar uma virada operacional”, diz trecho do relatório.

Diversas opções em análise

A Raízen, que é uma joint venture (parceria) entre a Cosan e a Shell, é uma das principais produtoras de etanol a partir de cana-de-açúcar do Brasil e a única no mundo a produzir o biocombustível em escala comercial a partir do reaproveitamento (o etanol de 2ª geração), por meio de 29 usinas. Atua ainda na distribuição de combustíveis por ter a licença da marca Shell no Brasil, Argentina e Paraguai, com uma rede de mais de 8 mil postos revendedores.

Segundo as fontes ouvidas pelo GLOBO, a ideia da Petrobras é se tornar um ator relevante no mercado de etanol neste primeiro momento. A discussão interna na empresa é justamente como poderia entrar na Raízen sem ferir a cláusula de não competição com a Vibra (a antiga BR Distribuidora) até 2029 no setor de distribuição.

Por isso, há diversas opções na mesa de negociação, como uma separação de ativos ou um acordo específico em relação à gestão dos ativos. “Mas ainda não há uma decisão tomada, pois há várias opções na mesa, o que inclui também estudos de outras empresas ou a compra de ativos isolados da Raízen”, ressaltou uma das fontes ouvidas pelo GLOBO.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

BRASIL SE PREPARA PARA APROVEITAR A ÚNICA BRECHA DE NEGOCIAÇÃO COM OS EUA. MAS TAMBÉM HÁ RISCOS

Por Míriam Leitão



No salão oval, Trump reforça que impôs taxaço maior ao Brasil do que a outros países por causa de Bolsonaro — Foto: NDREW CABALLERO-REYNOLDS / AFP

O Brasil apresenta hoje sua defesa em relação à investigação aberta pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR). É o único ponto de conversa neste ataque dos EUA que é sobre comércio, já que o motivo para a imposição das altas taxas é o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro na justiça. Ele quer parar o processo, o que não é

possível.

Portanto, este relatório é uma oportunidade que o governo brasileiro tem para apresentar seus argumentos técnicos, econômicos e comerciais, para enfrentar as acusações norte-americanas de práticas desleais de comércio.



A resposta a essa investigação não tem o objetivo de resolver a questão das altas tarifas. Até porque o tarifaço vem da cabeça de Trump. Mas para saber se a hostilidade contra o Brasil poderá aumentar. Dependendo do resultado, se o país for considerado 'culpado', isso pode ser usado para ampliar ações futuras.

A base da investigação é a Seção 301 da Lei de Comércio americana. O governo brasileiro respondeu com cautela, propondo negociações e preparou uma resposta detalhada para cada item. Hoje é o dia da entrega da resposta brasileira.

Em relação ao PIX, o argumento é que representa uma evolução natural do sistema de pagamentos e aumentou a bancarização, ou seja, mais pessoas se tornaram clientes de bancos. Além disso, não afeta os interesses americanos, como os cartões de crédito.

Outro ponto questionado é o tempo de reconhecimento de patentes da indústria farmacêutica americana. O governo brasileiro vai responder que pode reduzir os prazos para decisões.

Mais uma frente de investigação americana é sobre o comércio na 25 de março. O Brasil também usará argumentos de que combate à pirataria e que já foram apresentados dados sobre ações efetivas contra a prática.

Alguns questionamentos vão além do comércio. Há acusações, por exemplo, de aumento do desmatamento no Brasil. Na realidade, o desmatamento cresceu durante o governo Bolsonaro, apoiado por Trump, e voltou a cair fortemente no governo Lula.

O que é a Seção 301? Entenda a investigação de Trump e o que pode acontecer com o Brasil
As associações comerciais e entidades empresariais que se sentem afetadas, como a Amcham, também apresentam argumentos de defesa. Em setembro, haverá a primeira sessão de encontro entre as duas partes.

A Seção 301 segue um procedimento formal. Já o tarifaço é uma iniciativa exclusiva de Trump, que tem fechado todos os canais de negociação promissores. O desafio do Brasil é negociar com um país que fecha portas. Não é culpa do governo brasileiro, que tem tentado abrir todos os canais possíveis.

Por exemplo, o contato do ministro e do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, com o secretário de Comércio americano, Howard Lutnick, secretário do Comércio, foi encerrado. O chanceler Mauro Vieira estava em diálogo com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, que se comprometeu a continuar, mas não deu prosseguimento. O ministro Fernando Haddad também estava em contato com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, que suspendeu a conversa e cancelou a reunião já marcada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

O QUE É A SEÇÃO 301? ENTENDA A INVESTIGAÇÃO DE TRUMP E O QUE PODE ACONTECER COM O BRASIL

Brasil entrega hoje carta de resposta à investigação. Processo pode durar pelo menos 12 meses, até o órgão responsável pela apuração decidir se há ou não irregularidades

Por Mayra Castro — Rio de Janeiro

O governo Lula mandará hoje um relatório sobre práticas investigadas pelos Estados Unidos nas áreas financeira, de comércio, digital, relacionadas ao desmatamento, de combate à corrupção e de propriedade intelectual. Os alvos da investigação, aberta pelo Escritório do Representante de Comércio daquele país (USTR, na sigla em inglês), incluem o Pix e o comércio popular da Rua 25 de Março, em São Paulo.



Processo envolve etapas de investigação, mediação e, por fim, medidas para corrigir eventuais irregularidades no acordo — Foto: ANDREW CABALLERO-REYNOLDS / AFP

A apuração é feita nos termos da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA e foi anunciada uma semana após o presidente americano, Donald Trump, ameaçar impor uma tarifa de 50% sobre o Brasil. A ameaça acabou sendo cumprida, e a taxa entrou em vigor em 6 de agosto sobre alguns produtos brasileiros.

Confira abaixo mais detalhes sobre o que é a Seção 301 e o que pode acontecer com o Brasil na investigação de Trump.

O que é a Seção 301?

A Seção 301 é uma parte da Lei de Comércio dos EUA, em 1974, que permite que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) realize apurações sobre práticas que supostamente prejudicam o comércio internacional americano e determine se há ou não irregularidades. A intenção é punir ações consideradas discriminatórias contra empresas americanas com sanções aos países-alvo.

Caso o órgão determine que o Brasil possui realmente práticas anticompetitivas nas relações comerciais entre os dois países, ele pode determinar a adoção de medidas de compensação e retaliatórias.

Um dos aspectos excêntricos no caso atual de Trump é que ele anunciou primeiro tarifas punitivas e depois abriu a investigação.

Como é feita a investigação?

O uso da Seção 301 deve respeitar um trâmite que vai do início de diálogo com o parceiro comercial, passando por uma investigação, mediação e, por fim, medidas para corrigir eventuais irregularidades no acordo. O processo completo dura pelo menos 12 meses, podendo ser estendido.

— É um procedimento bastante regulado, tem prazo para manifestação, tem consulta pública, tem audiência, antes de ter um relatório final do USTR. E o Brasil pode se manifestar no processo, os exportadores brasileiros podem participar da audiência pública. Mas a decisão vai ser deles (do órgão americano) — explica o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral.

Dada a abertura da investigação, o governo brasileiro tem hoje para apresentar sua defesa por escrito. Uma audiência pública sobre o caso está marcada para o dia 3 de setembro.

Quais riscos o Brasil corre?

De acordo com Barral, caso o órgão julgue que há irregularidades, os Estados Unidos terão aval para ampliar sua retaliação ao Brasil, com imposição de tarifas extras, restrições à importação, suspensão de benefícios comerciais, entre outras medidas.

— Vai haver uma recomendação do USTR no final do processo, que vai dizer se há discriminação ou não, se vai aplicar ou não alguma retaliação, se vai ser tarifária, e se sim, contra quais setores, ou se haverá alguma outra medida — explica o especialista.

Ele explica que os itens investigados, como o Pix, podem ser impactados com retaliações como sanções a serviços financeiros do Brasil, legitimando alguma restrição à atividade de bancos brasileiros, embora Barral acredite que seja difícil considerar o Pix como atividade discriminatória, uma vez que esse serviço não impede o trabalho de empresas americanas.

Quais países já foram investigados pela Seção 301?



Embora o uso da Seção 301 não seja recorrente, ele também não é inédito.

O próprio Brasil já passou por investigação do Escritório do Representante de Comércio dos EUA, com base na Seção 301, em 1985 e em 1987, com denúncias relacionadas a uma restrição do acesso de empresas americanas de tecnologia ao mercado brasileiro e acusação de falta de concessão de pedidos de patentes biofarmacêuticas.

Outros países e blocos como a China, o Japão, a Índia, e até a União Europeia já foram investigados em processos semelhantes.

Atualmente, a Seção 301 já está investigando a Nicarágua, indicando supostas práticas irregulares relacionadas a direitos trabalhistas, direitos humanos e o Estado de Direito.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/08/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TRUMP, ZELENSKI E EUROPEUS DISCUTEM GARANTIAS DE SEGURANÇA E CÚPULA COM PUTIN PARA DETER A GUERRA

Líderes da UE pedem que Trump não descarte cessar-fogo antes de acordo de paz como parte das negociações

Por Redação

WASHINGTON - O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se encontrou nesta segunda-feira, 18, com o ucraniano Volodimir Zelenski e líderes da Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Finlândia, UE e Otan para discutir o fim da guerra na Ucrânia. Na reunião, ambos os lados concordaram com a necessidade de dar garantias de segurança a Kiev caso o conflito chegue ao final. Um encontro trilateral entre Trump, Zelenski e o líder russo, Vladimir Putin, também foi discutido.

O encontro na Casa Branca foi marcado pelo tom amistoso e pelos elogios frequentes, tanto por parte de Zelenski, quanto de Keir Starmer, Emmanuel Macron, Giorgia Meloni e Friedrich Merz a Trump, que, na sexta-feira passada discutiu o fim da guerra com Putin no Alasca.

Embora detalhes do que foi discutido ainda não tenham sido tornados públicos, o Financial Times publicou que a Ucrânia ofereceu a Trump um acordo de compras de US\$ 100 bilhões em armas americanas, mais uma parceria de US\$ 50 bilhões na produção de drones.

Garantias de segurança

Após a reunião, na Truth Social, Trump disse que as reuniões foram frutíferas e que os líderes discutiram "garantias de segurança para a Ucrânia, que seriam fornecidas por vários países europeus, em coordenação com os Estados Unidos".

Ele também disse que já foram dados os primeiros passos para uma reunião entre Zelenski e Putin, que seria seguida por uma reunião trilateral incluindo ele próprio.

Antes de a reunião acabar, Trump falou com Putin. Segundo ele, o russo também tem interesse no fim da guerra. De acordo com o Kremlin, ambos discutiram a 'ampliação do nível de enviados russos e ucranianos nas negociações de paz'.

Em troca, os EUA ofereciam garantias de segurança que envolveriam, segundo Zelenski, treinamento, inteligência e logística contra uma possível agressão russa. Segundo a CNN internacional, o Pentágono elabora opções de garantias de segurança para Trump. O presidente se

mostrou favorável a ajudar europeus e americanos e não descartou o envio de tropas para manter a paz na antiga república soviética.

Outro ponto discutido por Trump e os convidados europeus antes do encontro a portas fechadas foi a necessidade de convencer a Rússia a aceitar um cessar-fogo antes de um acordo de paz, além de a proteção da Ucrânia envolver um acordo nos moldes do artigo 5º da Otan - o que implicaria uma defesa imediata de Kiev em caso de agressão externa.

Recepção calorosa

Vestindo um terno escuro em vez de sua vestimenta militar habitual, Zelenski saiu de um SUV preto e foi calorosamente recebido por Trump na Casa Branca, em contraste ao fiasco do encontro anterior em fevereiro. Os dois conversaram alguns minutos com repórteres e seguiram para a reunião privada. Depois, os líderes europeus se somam ao encontro.



Volodymyr Zelenski e Donald Trump durante coletiva de imprensa na Casa Branca Foto: Mandel Ngan/AFP

Nas primeiras trocas de palavras, Trump prometeu que os EUA participarão da assistência à segurança da Ucrânia como parte de um acordo para pôr fim à guerra, mas se recusou a fornecer mais detalhes sobre como será essa ajuda. “Todos (americanos e europeus) estarão envolvidos, mas haverá muita ajuda”, disse Trump. “Nós também vamos ajudá-los.”

O líder americano disse ainda que poderá garantir uma reunião conjunta com Putin e Zelenski “se tudo correr bem hoje”. Ele diz acreditar que há uma “chance razoável de acabar com a guerra” por meio dessa reunião.

Mais tarde, à mesa com os líderes europeus, a ideia da cúpula trilateral foi bem recebida por Zelenski, Starmer e Merz.

Sentado ao lado de Trump no Salão Oval, Zelenski agradeceu ao presidente dos EUA por seus “esforços pessoais” para impedir a guerra da Rússia na Ucrânia e entregou a ele uma carta de sua mulher para a primeira-dama Melania Trump.

Trump se reuniu com Vladimir Putin na sexta-feira, 15, no Alasca e desde então mudou seu discurso sobre a guerra. Antes, ele havia abandonado a pressão para que a Ucrânia cedesse território e passou a advogar por um cessar-fogo.

Agora, ele acredita que Kiev precisa abrir mão da região do Donbas, onde a Rússia controla apenas uma parte e passou a defender um acordo de paz mais amplo, como pede Putin.

Clima amistoso

Quebrando o protocolo que adotou desde o início da guerra na Ucrânia, Volodymyr Zelenski apareceu para seu encontro com Donald Trump na Casa Branca vestindo um terno preto. A roupa foi elogiada pelo americano.

O jornalista Brian Glenn na Casa Branca, antes de dirigir a sua pergunta ao ucraniano, disse a Zelenski que o terno era “fabuloso”. “Ficou bem em você”, completou. “Eu disse a mesma coisa”, afirmou Trump. O republicano chegou a brincar que o repórter era “o mesmo que atacou” Zelenski da última vez.

Durante a última ida de Zelenski à Casa Branca, Glenn perguntou ao líder ucraniano sobre suas roupas, insinuando que sua vestimenta casual era desrespeitosa.



Donald Trump recebe Volodmir Zelenski na Casa Branca em clima amistoso Foto: Andrew Caballero-reynolds/AFP

O ucraniano respondeu que se lembrava e que o jornalista vestia "o mesmo terno". "Eu troquei [de terno], você não", continuou o ucraniano. Ambos os líderes riram dos comentários e seguiram em um clima amistoso.

A cena contrasta com a última vez que Zelenski pisou no Salão Oval da Casa Branca, quando protagonizou um bate-boca com o presidente e seu vice JD Vance. Na época, Trump chamou o ucraniano de ingrato e o acusou de 'apostar na 3ª Guerra Mundial'. Eles cancelaram a entrevista coletiva que teriam em seguida.

Para o encontro de hoje, líderes europeus também viajaram a Washington para apoiar Zelenski e garantir que ele não cairia em uma nova provocação de Trump.

A diferença de recepção entre Zelenski e Putin não passou despercebido. Na Base Conjunta Elmendorf-Richardson, no Alasca, tapetes vermelhos indicaram o caminho para Trump e Putin se dirigirem a uma plataforma com a inscrição "Alasca 2025". Putin entrou na limusine presidencial de Trump, algo incomum.

Na chegada de Zelenski à Casa Branca hoje, Trump cumprimentou o presidente ucraniano na entrada da residência executiva, depois que a comitiva de Zelenski percorreu a entrada da casa, enfeitada com bandeiras e cercada por militares americanos uniformizados. Após um aperto de mão e cumprimentos, Trump respondeu "nós os amamos" enquanto um repórter gritava uma pergunta sobre sua mensagem para a Ucrânia.

Em ambas as circunstâncias, Trump recebeu os líderes estrangeiros, dando-lhes boas-vindas em solo americano./AP, NYT e W.Post

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/08/2025

GOVERNO TRUMP DIZ QUE MORAES É 'TÓXICO' E REAGE À DECISÃO DE DINO PARA BLINDAR COLEGA DO STF

Em rede social, diplomacia do governo dos EUA avisa que nenhum tribunal estrangeiro pode anular punições impostas pelos Estados Unidos

Por Redação

BRASÍLIA – Em reação à decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, o governo



dos Estados Unidos usou as redes sociais para avisar que nenhum tribunal estrangeiro pode anular punições aplicadas pelos EUA. Em postagem replicada pela embaixada americana no Brasil, a gestão de Donald Trump ainda ataca o ministro Alexandre de Moraes, chamado de "tóxico".

O ministro Alexandre de Moraes voltou a ser alvo de ataque do governo dos EUA Foto: Wilton Junior / Estadão

"Alexandre de Moraes é tóxico para todas as empresas legítimas e indivíduos que buscam acesso aos Estados Unidos e seus mercados. Nenhum tribunal estrangeiro pode anular as sanções

impostas pelos EUA ou proteger alguém das severas consequências de descumpri-las", diz a postagem assinada pelo escritório que trata de questões diplomáticas do hemisfério ocidental.

Na mensagem o governo de Trump ainda ameaça cidadãos de outros países que mantenham relações com Moraes: "Cidadãos americanos estão proibidos de manter qualquer relação comercial com ele. Já cidadãos de outros países devem agir com cautela: quem oferecer apoio material a violadores de direitos humanos também pode ser alvo de sanções.

Nesta segunda-feira, 18, o ministro Flávio Dino, declarou a ineficácia no Brasil de uma decisão da Justiça do Reino Unido. Na decisão, Dino afirmou que decisões judiciais estrangeiras só podem ser executadas no Brasil mediante homologação ou por meio de mecanismos de cooperação internacional. O ato abriu brecha para que Moraes recorra ao próprio STF contra sanções aplicadas a ele pelo governo dos Estados Unidos.

Dino ainda destacou o contexto atual, em que os EUA têm aplicado sanções ao Brasil e a ministros do STF como forma de pressionar por uma anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro, sem citar diretamente a Lei Magnitsky. No mês passado, o governo de Donald Trump aplicou a norma ao ministro Alexandre de Moraes. A lei, tradicionalmente aplicada contra graves violadores de direitos humanos, prevê bloqueio de contas bancárias e de bens em solo americano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/08/2025

TARCÍSIO DEFENDE O FIM DO CONTRATO COM A ENEL E SEPARAÇÃO DA CONCESSÃO EM DOIS BLOCOS

Governador classificou o serviço da concessionária de energia como 'extremamente ruim' e 'ultrapassado'; Enel diz que, de 2025 a 2027, está investindo R\$ 10,4 bi, recorde para a região

Por Geovani Bucci (Broadcast) e Elisa Calmon (Broadcast)

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta segunda-feira, 18, que é "absolutamente crítico" ao contrato de concessão da Enel, empresa distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios na Região Metropolitana de São Paulo. Segundo Tarcísio, o governo federal e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não deveriam prorrogar esse contrato — que vence em 2028.

"A empresa não faz os investimentos necessários, não faz Capex (investimento em ativos para a operação da empresa), não faz Opex (despesas para manter a operação). Por quê? Porque aquilo (a qualidade do serviço) não vai ser reconhecido na tarifa. E como não é reconhecido na tarifa, não gera receita, e a empresa não faz o investimento", disse Tarcísio, durante o fórum de Infraestrutura da Veja. "É uma empresa geradora de caixa, uma empresa geradora de receita, mas que não faz os investimentos necessários." Em nota, a Enel afirmou que, de 2025 a 2027, está investindo R\$ 10,4 bilhões, montante recorde para a região (leia mais abaixo).



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas Foto: Daniel Teixeira/Estadão

O governador classificou o serviço como "extremamente ruim" e "ultrapassado". Segundo ele, os dois indicadores de desempenho previstos — Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) — eram fáceis de atingir, já que previam expurgos por condições climáticas, e isso permitia que a empresa não realizasse os investimentos

necessários. Indicadores que medem a qualidade do fornecimento de energia elétrica, o DEC indica o tempo médio que uma unidade consumidora (um apartamento, por exemplo) fica sem energia em

um determinado período, enquanto o FEC mostra a frequência média de interrupções nesse mesmo período.

Ele observou que a demora na religação da rede em situações extremas (apagões), como tempestades e ventos fortes, é resultado dessa falta de investimentos, de pessoal e, sobretudo, de automação.

“Eu separaria essa concessão, que é muito grande, em pelo menos duas concessões. E estabeleceria um contrato que amarrasse, de fato, os investimentos, as servidões, como isso vai ser cobrado ao longo do tempo”, continuou Tarcísio.

Para o governador, São Paulo não poderia aceitar a prorrogação do contrato, especialmente no cenário atual, em que a recuperação da capacidade de investimento “é fundamental” para as administrações públicas.

Saneamento

Tarcísio de Freitas também afirmou que a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) é algo que “protege” a companhia. Segundo ele, se não fosse a desestatização, a empresa perderia mercado, e disse ter utilizado esse argumento para convencer municípios.

“A Sabesp atendia 374 municípios. A adesão dos municípios é voluntária, porque a titularidade do serviço é municipal. Então, era preciso convencer os municípios a aderir. Tivemos várias reuniões, explicamos a importância, e mostramos que a privatização protegeria a própria Sabesp”, disse. “Por quê? Porque os contratos de programa chegariam ao fim, e cada município teria de fazer sua concessão ou criar sua autarquia. Isso faria a Sabesp perder escala, perder mercado. E a lógica do investimento cruzado se perderia.”

O governador afirmou que apenas 11 municípios sustentavam praticamente toda a rede da Sabesp em benefício de outras 360 cidades, e que esse modelo “não poderia ser perdido”. Segundo ele, a necessidade de preservar essa lógica levou à estruturação do projeto de privatização.

“Um ano depois, em julho, o resultado já aparece. Em um ano, a empresa que investia R\$ 3 bilhões ou R\$ 4 bilhões, investiu R\$7 bilhões. Contratou 542 obras, somando R\$ 35 bilhões. Foram 410 mil novas ligações de água, atendendo 1,3 milhão de pessoas, e 529 mil novas ligações de esgoto”, continuou o governador. “O tratamento aumentou em 5 bilhões de litros por mês e, até o fim do ano, chegaremos a 10 bilhões.”

O que diz a Enel

Em nota, a Enel afirmou que tem ampliado os investimentos para melhoria contínua do serviço prestado desde que assumiu a concessão em São Paulo.

“A Enel Distribuição São Paulo reitera seu forte compromisso com os 8 milhões clientes da área de concessão, que inclui a capital e 23 municípios”, diz a companhia, destacando que de 2025 a 2027, está investindo R\$ 10,4 bilhões, montante recorde para a região, principalmente, para fazer frente ao avanço dos eventos climáticos.

Ainda de acordo com o pronunciamento, a Enel tem investido na modernização de sua rede, com avanço na digitalização. Em 2019, a rede da Enel São Paulo tinha 6,5 mil dispositivos de automação instalados. Atualmente, são mais de 10 mil equipamentos e até 2027, a companhia vai dobrar esse número.

“A Enel reforçou ainda de forma estrutural o plano operacional e contratou 1.200 novos eletricitistas, de novembro a março”. Essas medidas, segundo a concessionária, contribuíram para a redução em 50% o tempo médio de atendimento (TMA) ao cliente, no verão passado, registrando o melhor indicador dos últimos anos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/08/2025

INVESTIGAÇÃO CONTRA O BRASIL: EMBRAER E ASSOCIAÇÕES SE DEFENDEM DE ACUSAÇÕES FEITAS PELOS EUA

Escritório americano investiga o País por supostas prática desleais no comércio internacional
Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - A Embraer afirmou ao governo americano que impor restrições a importação da empresa seria “diretamente contrário aos interesses” dos próprios americanos. A resposta foi protocolada junto ao Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) nesta segunda-feira, 18.

Apesar de ter sido excluída do tarifaço de 50% imposto pelo governo Trump contra o Brasil, a Embraer foi atingida pela alíquota de 10% e também é investigada por supostas práticas comerciais desleais por parte do Brasil dentro dos termos da Seção 301, que faz parte da Lei de Comércio de 1974, dos Estados Unidos.

A resposta completa do governo brasileiro também é aguardada para esta segunda-feira, último dia do prazo para defesa.



Embraer e empresas brasileiras se defendem das investigações abertas pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) que acusa o Brasil de práticas ilegais de comércio. Na foto, o avião Embraer C-390 Millennium (tanque) Foto: Marcos Corrêa/PR

Além da Embraer, diversas associações também protocolaram resposta no órgão americano nos últimos dias, considerando as investigações injustas. Entre elas, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Conselho

dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), e Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

Na investigação, o USTR acusa o Brasil em seis temas: acesso ao mercado de etanol do Brasil, desmatamento ilegal, falhas na fiscalização de medidas de anticorrupção, tarifas preferenciais injustas, proteção da propriedade intelectual e políticas relacionadas ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, o que inclui o Pix. Na defesa, o governo vai contestar os argumentos americanos.

“Por exemplo, o comércio de produtos para aeronaves civis da Embraer não se beneficiou de supostas tarifas preferenciais injustas, pois o Brasil há muito tempo adere a uma abordagem de tarifa zero para produtos de aeronaves civis com todos os seus parceiros comerciais. Em suma, as alegações em questão são irrelevantes para as ações da Embraer no Brasil e nos Estados Unidos”, diz a companhia.

A Embraer também diz que existe a projeção de um déficit comercial de US\$ 8 bilhões nas relações da empresa com os Estados Unidos, entre 2025 e 2030, em um cenário de tarifa zero. Isso porque a companhia é grande importadora de produtos e serviços americanos, que fazem parte da sua linha de produção.

A empresa afirma que mantém grande operação nos Estados Unidos, por meio da sua subsidiária EAH, que opera desde 1979 em Fort Lauderdale, no Estado da Flórida.

“A Embraer atualmente suporta 12,5 mil empregos nos EUA. Sendo 2,5 mil empregos diretos e 10 mil na cadeia de suprimentos. A expectativa é de que mais 5 mil empregos sejam gerados nos próximos 5 anos”, diz o documento.

Entenda a investigação

Na abertura da investigação, o USTR afirmou que atos e políticas domésticas prejudicam empresas americanas de tecnologia, restringem a liberdade de expressão e impõem barreiras à inovação. Basicamente, acusa o Brasil de favorecer o Pix, censurar as redes sociais e ser moroso na concessão de patentes.

O Ministério das Relações Exteriores já encaminhou a defesa brasileira à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. O documento foi preparado por um grupo de trabalho com vários diplomatas especialistas consultados pelo Itamaraty.

Entre os argumentos levados aos EUA, o governo brasileiro tentará mostrar que o Pix é um instrumento competitivo e de inserção social e que ir contra a ferramenta seria uma contradição dos Estados Unidos, que sempre incentivaram inovações.

Também vai comparar a atuação dos dois países em relação às commodities agrícolas e aproveitará alegações já enviadas à União Europeia (UE) nas tratativas de um acordo comercial com o Mercosul na questão do desmatamento, como já mostrou o Estadão/Broadcast.

Em relação a supostas preferências comerciais, o governo vai reforçar os números de superávit comercial dos Estados Unidos com o Brasil e que, dos dez principais produtos americanos importados pelo Brasil, oito possuem alíquota zero.

Na época da abertura da investigação, o Estadão/Broadcast mostrou que o governo enxergava a medida como uma investida econômica dos EUA para embasar o tarifaço em motivos econômicos e até mesmo evitar contencioso local.

A investigação do USTR já era esperada pelo governo brasileiro e foi vista como uma dose adicional de dificuldade ao processo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/08/2025

BRASIL ENTREGA RESPOSTA À JUSTIÇA DOS EUA; DIZ QUE NÃO ADOTA PRÁTICAS DESLEAIS NO COMÉRCIO BILATERAL

Investigação foi aberta pelo Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) por ordem do presidente americano, Donald Trump

Por Redação



Investigação dos EUA tensiona o exportadores do Brasil Foto: Anderson Coelho/Estadão

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou nesta segunda-feira, 18, resposta ao Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) sobre acusações de práticas desleais de comércio.

Na resposta, o governo brasileiro afirma que não adota

práticas desleais no comércio bilateral

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/08/2025

PETROBRAS: GLP ESTÁ SE TRANSFORMANDO EM NEGÓCIO ALTAMENTE LUCRATIVO E QUEREMOS PARTICIPAR, DIZ CEO

A ideia da volta à distribuição de gás de cozinha, mal recebida pelo mercado, é aproveitar o aumento de margem observado nos últimos anos, 'às vezes maior do que (o retorno) do pré-sal'

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A Petrobras poderá atuar na distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para o consumidor final (gás de cozinha), se esse mercado se mostrar lucrativo. A ideia é aproveitar o aumento de margem que tem sido observado nos últimos anos, "às vezes maior do que (o retorno) do pré-sal", disse a presidente da estatal, Magda Chambriard, nesta segunda-feira, 18.

"O mercado (de GLP) está começando a se desorganizar de novo, por isso a Petrobras pode ir para distribuição", disse Magda, em entrevista à agência eixos, ressaltando que a estatal está estudando separar novamente o preço do GLP industrial do preço do gás de cozinha.

A estatal era dona da Liquigás até 2020, quando vendeu essa operação para um consórcio formado pela Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás por R\$ 4 bilhões. A volta da Petrobras à distribuição de GLP foi aprovada pelo conselho de administração da estatal na quinta-feira, 7,

A reação de analistas de mercado foi de desaprovação. "Trata-se de um segmento com margens historicamente mais apertadas, o que tende a reduzir a eficiência da alocação de capital e pressionar o rendimento anualizado do caixa livre", afirmou, em nota, Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos.



'A Petrobras tem um papel de otimização desse mercado de gás', diz Magda Foto: Agência Petrobras

Esse movimento da estatal acontece em um momento no qual o governo tenta lançar o programa Gás para Todos, que pretende distribuir botijões de graça para famílias de baixa renda.

Na entrevista, nesta segunda-feira, 18, Magda afirmou que o papel da Petrobras é disciplinar o mercado de GLP, um produto importado, e que poderia ser substituído pelo gás natural. "O GLP está se

transformando em negócio altamente lucrativo e nós queremos participar. Temos de participar do mercado de GLP faturando e ajudando a discipliná-lo", disse a executiva.

Segundo Magda, o setor dos agronegócios está pensando em usar GLP para secar grãos no interior do País. "O que acho uma incongruência", afirmou. "Sai mais caro importar o GLP do que colocar o gás natural. Temos melhorado a logística do gás natural e reduzimos o preço para as distribuidoras em quase 40%, mas ao mesmo tempo o GLP avança no preço no industrial, é uma indisciplina do mercado", avaliou. "A Petrobras tem um papel de otimização desse mercado de gás", acrescentou.

Magda afirmou que a Petrobras quer levar gás natural para os setores químico e siderúrgico, e que, para reduzir ainda mais o preço do gás natural, só com mais gás natural. "Vamos trazer gás para a costa", informou.

'Quem apostou contra a Petrobras vai perder'

Magda afirmou que quem apostou contra a Petrobras vai perder, já que a produção tem crescido mais do que esperado, inclusive com recordes como o registrado pelo campo de Búzios no último fim de semana. Ela comemorou o aumento da produção da estatal e lembrou que ele se dá, entre outros pontos, pela conexão de poços.

“Ao longo deste ano até agora conectamos mais poços do que todo ano passado. Antes levava mais de um ano para conectar um poço, hoje são sete meses. Isso aumenta nossa produção, e vamos continuar fazendo isso”, afirmou.

Sonda rumo à Margem Equatorial

A Petrobras tem a expectativa de perfurar pelo menos seis poços na bacia Foz do Amazonas na Margem Equatorial brasileira, informou a presidente da Petrobras, às vésperas de a estatal participar da Avaliação Pré-Operacional (APO) na região, no próximo dia 24.

Segundo ela, a companhia está “à beira de um consenso para perfuração do primeiro poço”, referindo-se à concessão de licença ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para exploração.

Ela observou que o resultado da exploração pode não sair do primeiro poço perfurado, no caso, o poço Morpho, e por isso já enviou pedido de licença para as demais perfurações.

A Petrobras está há anos aguardando a licença para explorar o poço Morpho, que pode abrir uma nova fronteira que vai recompor as reservas da companhia após o declínio do pré-sal.

A sonda ODN II sairá da costa de Belém nesta terça-feira, 19, rumo ao poço Morpho, informou a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, nesta manhã. A APO levará até quatro dias e se trata de uma simulação para o caso de um vazamento de petróleo durante a operação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/08/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

CRIMEIA: ONDE FICA, QUEM CONTROLA E POR QUE A PENÍNSULA OPÕE RÚSSIA E UCRÂNIA

Território é historicamente disputado, e desde 2014 está ocupado pela Rússia

Por Renato Santino, para o Valor — São Paulo



Presidente russo, Vladimir Putin, e presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky — Foto: Sputnik/Mikhail Metzel/Pool; Piroshka Van De Wouw via Reuters

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, deveria desistir do território da Crimeia como uma das condições para o fim da guerra contra a Rússia, que já se arrasta desde 2022.

A Crimeia é um território cuja posse é disputada entre Rússia e Ucrânia desde que os russos decidiram ocupar a península em 2014. No entanto, a maior parte da comunidade internacional entende que a área pertence à Ucrânia, e está apenas ocupada pela Rússia.

Crimeia é historicamente disputada



O território da Crimeia já mudou de mãos algumas vezes ao longo da história, mas se tornou parte do Império Russo em 1783, após vitória militar sobre o Império Otomano. Desde então, ela era entendida como parte da Rússia.

Esse status só mudou a partir de 1917, com a Revolução Russa e a Guerra Civil que se seguiu. Neste período, a Crimeia mudou de mãos algumas vezes até 1921, com a criação da República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia, parte da União Soviética.

O território chegou a ser ocupado pela Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial, mas teve seu controle retomado na reta final do conflito. A partir de então, o território perdeu o status de autônomo e passou a ser uma unidade administrativa da parte russa da União Soviética.

Em 1954, o território foi transferido para a República Socialista Soviética Ucraniana. Após a dissolução da União Soviética e a independência ucraniana em 1991, a área se tornou a República Autônoma da Crimeia, uma unidade administrativa sob comando da Ucrânia.

Apesar de ser oficialmente uma parte da Ucrânia, boa parte da população da Crimeia era mais identificada étnica e linguisticamente com a Rússia. Segundo censo realizado em 2001, mais de 60% da população se considerava russa, enquanto cerca de 25% se identificavam como ucranianos.

A invasão de 2014

A retomada da Crimeia pela Rússia aconteceu em 2014, após acirramento dos ânimos com a deposição do então presidente ucraniano, Viktor Yanukovych, mais próximo da Rússia e que havia rejeitado uma aproximação com a União Europeia.

O afastamento de Yanukovych elevou o tom separatista de parte da Crimeia com mais afinidade com a Rússia. O movimento serviu como pretexto para que a Rússia ocupasse militarmente o território e declarasse sua anexação.

Além de uma população majoritariamente identificada como russa, a Crimeia também tem grande valor estratégico para a Rússia, garantindo acesso ao Mar Negro e ao Mediterrâneo, além do controle sobre o porto de Sebastopol, que não congela no inverno.

O governo russo diz ter baseado a operação em um referendo realizado pela população da Crimeia, realizado já sob ocupação militar da Rússia. O resultado mostrou que 97% dos votos foram a favor da reunificação da Crimeia com a Federação Russa.

Apesar da campanha militar bem-sucedida, a Rússia não conquistou apoio internacional para que a Crimeia fosse reconhecida como parte do território russo.

O referendo teve sua legalidade questionada pela comunidade internacional, que alega que a votação foi feita sob condições ilegais e sob pressão militar. Além disso, críticos apontam que as alternativas presentes nas cédulas eram questionáveis, já que não traziam a opção de manutenção do status quo.

As opções nas cédulas seriam apenas juntar-se à Rússia ou restaurar a Constituição da Crimeia de 1992, que manteria o território sob comando ucraniano, porém com muito mais autonomia.

Ainda em 2014, o tema foi votado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que votou majoritariamente a favor da integridade territorial da Ucrânia. A Resolução 68/262 considerou o referendo ilegal, fazendo com que a Crimeia fosse reconhecida como um território ucraniano sob ocupação russa.

A votação teve 100 votos a favor da manutenção do território pela Ucrânia, 58 abstenções, 24 ausências e apenas 11 votos contrários. O Brasil se absteve.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2025

TARIFAÇÃO DOS EUA PODE CAUSAR PERDA DE MAIS DE 726 MIL EMPREGOS NO BRASIL, PROJETA DIEESE

Só de tributos, a país deixaria de arrecadar cerca de R\$ 11 bilhões em um ano, considerando o pior cenário econômico possível, com o corte de vendas aos EUA sem redirecionamento das cargas a outros mercados

Por Isadora Camargo, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

O tarifaço dos EUA de 50% sobre os produtos brasileiros pode levar a uma perda de 726,7 mil empregos em um ano. É o que destacou a revisão de agosto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (Dieese) sobre o pior cenário econômico possível, com o corte de vendas aos Estados Unidos sem redirecionamento das cargas a outros mercados.

Desse total, a maior queda de postos de trabalho aconteceria no setor de serviços, cuja projeção da instituição é de queda de 241,5 mil empregos. Em seguida, está a indústria de transformação, com recuo de 215,2 mil postos ao fim dos próximos 12 meses e, em terceiro lugar, o setor de comércio, que perderia 142,4 mil vagas.

Na indústria, os segmentos metalúrgico, de alimentos, madeira, químico e vestuário/calçados são os potencialmente mais afetados, destacou o boletim técnico da entidade. Além disso, frutas, carnes e outros tipos de alimentos podem enfrentar problemas.

Em valor adicionado, isso representaria uma perda de R\$ 38,87 bilhões, o que acarretaria em um recuo de massa salarial na ordem de R\$ 14,33 bilhões. Só de impostos, o Brasil deixaria de arrecadar em um ano cerca de R\$ 11 bilhões.

O impacto que a instituição projetou pode ter eventual redução, caso as medidas que estão sendo debatidas pelo governo federal surtam efeito nas próximas semanas e meses. “Dada a incerteza sobre os possíveis elementos da projeção, foi adotada uma abordagem menos rígida. O resultado será um impacto maior no emprego, que pode ser considerado como teto no curto prazo de um ano”, frisou o boletim enviado a entidades associadas, ao qual o Valor teve acesso.

O cálculo do Dieese foi baseado nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), que estimou um valor de US\$ 14,5 bilhões movimentados aos itens sujeitos à ordem executiva do tarifaço dada no dia 30 de julho pelo governo de Donald Trump.

Num prazo de dois anos, o Dieese projetou uma retração de 0,26% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, no caso do cenário mais pessimista se confirmar, efeito que se amenizaria com o tempo. “A redução de exportações para os EUA, mesmo com a lista de isenções, diminuirá o PIB e o emprego brasileiro; mas pode ser compensada por ganhos em função dos demais choques (especialmente a retaliação da China)”, informou a entidade.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2025

PETRORECONCAVO ASSINA CONTRATO COM DISLUB PARA SERVIÇOS NO PORTO DE PECÉM

O contrato, com vigência de 13 anos, prevê a construção pela Dislub de uma tancagem, com capacidade mínima contratada de 250 mil barris por mês no prazo de até 36 meses a partir de hoje

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



Com a assinatura deste contrato, a Dislub iniciará o licenciamento necessário para a construção e operação do terminal no Porto do Pecém — Foto: Reprodução

A PetroReconcavo anunciou nesta segunda-feira (18) que assinou contrato com a Dislub para cessão de espaço de armazenagem e a prestação de serviços de movimentação de petróleo bruto no Porto de Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante (CE).

O contrato, com vigência de 13 anos, prevê a construção pela Dislub de uma tancagem dedicada à PetroReconcavo, com capacidade mínima contratada de 250 mil barris por mês no prazo de até 36 meses a partir de hoje.

Condicionado ao cumprimento de condições precedentes, está prevista antes a implantação de uma infraestrutura de movimentação composta por skids de transferência a serem instalados na zona retroportuária.

Eles serão interligados ao píer de movimentação de graneis líquidos do Porto do Pecém e conectados por dutovias a serem instaladas pela Dislub no prazo estimado de até 12 meses a contar da data de assinatura do contrato.

A PetroReconcavo pagará o preço por metro cúbico de petróleo efetivamente movimentado no terminal com reajuste a cada 12 meses pelo IPCA e, independentemente do volume movimentado, equivalente à estocagem contratada.

“Este contrato representa a concretização de um dos pilares estratégicos do programa de resiliência da companhia, que visa estabelecer novas rotas e alternativas logísticas para o escoamento e comercialização de seu petróleo produzido no Rio Grande do Norte”, afirma, em comunicado.

Com a assinatura deste contrato, a Dislub iniciará o licenciamento necessário para a construção e operação do terminal no Porto do Pecém para viabilizar a operação da nova rota de escoamento.

A companhia irá, oportunamente, realizar contratações adicionais, como dos serviços de transporte rodoviário do petróleo das suas operações até o Porto de Pecém, diz.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2025

EXPLORAÇÃO DE ÁREA COMERCIAL DE AEROPORTOS TERÁ NOVAS REGRAS

Governo lançará plano em setembro visando transformar aeroportos em hubs de negócios, afirma ministro

Por Marlla Sabino e Fernando Exman — De Brasília

O Ministério de Portos e Aeroportos lança, na primeira quinzena de setembro, uma atualização das regras de exploração comercial para impulsionar investimentos nos principais sítios aeroportuários do país e transformá-los em catalisadoras de desenvolvimento econômico, social e urbano. Em entrevista ao Valor, o ministro Sérgio Costa Filho estimou que a medida pode destravar pelo menos R\$ 5 bilhões em investimentos em diversos aeroportos nos próximos cinco anos.

Batizado de Investe+Aeroportos, o programa, que passou por consulta pública em maio deste ano, prevê a flexibilização da Portaria 93/2020, do antigo Ministério da Infraestrutura, que disciplina



contratos de exploração comercial em espaços dos sítios aeroportuários, para viabilizar aporte de recursos nos terminais e atrair outros serviços além dos tradicionais embarque e desembarque.

“Hoje temos em torno de 12 concessionárias, dos 59 aeroportos que são concessionados no país. Depois dessa primeira etapa vencida e com a consolidação das concessões, queremos remodelar para frente. À medida que temos esses equipamentos com novos ativos, por exemplo, vamos ter um shopping, transformamos os nossos aeroportos em hubs de negócio. Estamos valorizando um ativo brasileiro”, disse.

O principal ponto atacado pela nova portaria será o prazo para retorno dos investimentos. Com o avanço dos contratos de concessão, as empresas não tinham capacidade de fazer aportes robustos, já que não haveria tempo hábil para obter retorno financeiro no período remanescente de operação.

A medida partiu de um diagnóstico da pasta de que concessões em estágio avançado estavam deixando de investir, pois, mesmo com a prorrogação prevista na norma, o prazo não era suficiente para o retorno, levando investidores a desistir do negócio ou redirecionar recursos.

A regra atual, que será revista, traz dois caminhos. Se a concessão estivesse até a metade do contrato, a empresa teria direito até 40 anos de prorrogação. Mas, uma vez que chegasse no meio da concessão, teria direito apenas ao dobro do saldo. Segundo dados da pasta, de 2023 a 2025, com a atual portaria, foram realizados 19 empreendimentos, totalizando R\$ 4,5 bilhões em investimentos privados, contratos comerciais e núcleos hidroportuários em torno dos aeroportos.

“Perdemos por isso a possibilidade de ter alavancado de R\$ 2 bilhões a R\$ 4 bilhões em investimentos de fundos e de clubes que desistiram devido às travas. Depois de muitas reuniões surgiu a ideia de como dar segurança e, de fato, mas também a possibilidade de viabilizar o negócio. A expectativa é que a gente possa pegar o que tem de ativos e passar de R\$ 10 bilhões com a revisão desta portaria nos próximos cinco anos.”

A ideia da nova regra é escalonar o prazo de prorrogação em quatro etapas: 40 anos, 35 anos, 30 anos e 50% do saldo contratual. Na prática, por exemplo, quem estiver nos primeiros dez anos do contrato teria direito a mais 40 anos, além do prazo restante, e assim sucessivamente. Já as empresas nos últimos dez anos de concessão teriam direito ao dobro do saldo. O entendimento é que, nesses casos, pela proximidade do fim do contrato, talvez seja mais viável aguardar que um novo concessionário assumira e invista.

Com o programa, o investidor privado apresentará o projeto, o volume de aporte que pretende realizar no sítio aeroportuário e um estudo de viabilidade indicando a necessidade de maior prazo. Caberá ao ministério autorizar o investimento, garantindo que o contrato seja sub-rogado para uma próxima gestão da concessão. Ou seja, caso um desses terminais seja relicitado, a nova concessionária assumirá o ativo e deverá cumprir todas as obrigações firmadas, com segurança jurídica.

“Um grande shopping, um polo médico, um terminal de cargas, por exemplo, em oito anos não se viabiliza. Ao colocar 30 anos estamos viabilizando efetivamente essa operação mercadológica. Isso vai atrair fundos de investimento, investidores de todo o Brasil”, disse. “O mundo tem quase US\$ 3 trilhões à procura de investimentos, segundo o Banco Central. Queremos ofertar esse grande cardápio nacional dos aeroportos regionalizados para trazer esse investidor para perto.”

A medida também é vista como caminho para tornar as concessões mais sólidas, com mais receitas, o que, conseqüentemente, pode se traduzir em maiores investimentos nos terminais e em melhor oferta de serviços ao passageiro. O ministro afirma que, além de viabilizar novos negócios, gerando emprego e renda, a ideia é fortalecer os ativos da União e evitar sua fragilização.

“A concessão vai ter um valor muito mais agregado, muito maior, para que ela possa ser feita novamente uma nova concessão. Então, um dos pilares que estamos trabalhando nesse programa é a questão da valorização do ativo do país”, disse. “Acho que isso vai agregar um valor muito grande.”

Uma concessão que foi feita por R\$ 2 bilhões há dez anos, com esses ativos dando receita para o aeroporto, esse valor vai para R\$ 5 bilhões, R\$ 6 bilhões.”

Entre os possíveis interessados o ministro cita o aeroporto de Guarulhos, cuja concessionária tem um grande plano de investimentos; o terminal do Ceará, que está construindo um terminal de cargas; Viracopos, em Campinas (SP); e Confins, em Belo Horizonte. O ministério acredita que todos os aeroportos devem demonstrar interesse, diante da tendência crescente de contratos comerciais, havendo hoje terminais com mais receitas vindas contratos que de tarifas aeroportuárias.

A medida é apresentada como continuidade na agenda do setor aeroportuário, na esteira de uma política de concessões à iniciativa privada iniciada há décadas. A pasta avalia que os resultados de pesquisa de satisfação de passageiros indicam que a política foi acertada. O processo também passa por reorganização dos contratos de muitas concessões em conjunto com o TCU, para ganhar maior sustentabilidade.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/08/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

WILSON SONS ADERE A INVENTÁRIO MAIS RIGOROSO SOBRE GASES DO EFEITO ESTUFA

Da Redação Portos e logística 18/08/2025 - 19:56



A Wilson Sons divulgou pela primeira vez o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) do Escopo 3, que considera emissões ao longo da cadeia de valor, como fornecedores, clientes, distribuição e bens arrendados, com base em dados de 2024. Além disso, a empresa recebeu por cinco anos seguidos o Selo Ouro do Programa GHG Protocol dos Escopos 1 e 2 por sua gestão de suas emissões diretas e indiretas,

A certificação é um reconhecimento às companhias que reportam, de forma transparente, todas as suas fontes emissoras em seus inventários, que são verificados por auditoria externa. Segundo a empresa, a inclusão do Escopo 3 representa uma evolução necessária frente aos desafios da transição para uma economia de baixo carbono.

A empresa informou que, de 2022 a 2024, construiu em seu estaleiro, no Guarujá, em São Paulo, seis rebocadores com tecnologia mais sustentável e cascos que permitem diminuir a emissão de gases do efeito estufa, com redução de até 14% no consumo de combustíveis fósseis. Além disso, nos rebocadores usa energia de terra e de biocombustíveis e monitora a frota na Central de Operações, em Santos, o que otimiza as velocidades de deslocamento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2025

OCEANPACT FIRMA CONTRATOS DE R\$ 3,2 BILHÕES COM PETROBRAS PARA AFRETAMENTO DE 4 RSVS

Da Redação Offshore 18/08/2025 - 19:18



A OceanPact anunciou, nesta segunda-feira (18), a assinatura com a Petrobras de quatro contratos para afretamento por quatro anos das embarcações de apoio Parcel do Bandolim, Parcel das Timbebas, Parcel das Paredes e Parcel dos Reis. O valor total é de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, e os barcos serão usados em operações submarinas de inspeção de estruturas, manutenções preventivas e corretivas, instalação e remoção de equipamentos, entre outras atividades.

Segundo a OceanPact, ela será responsável pela operação integral das embarcações e de ROVs, que têm capacidade para atuar em até 3.000 metros de profundidade e estão equipados com ferramentas que permitem desenvolver diversas atividades submarinas. Ainda segundo a empresa, os serviços serão comandados por equipes experientes em atividades subaquáticas.

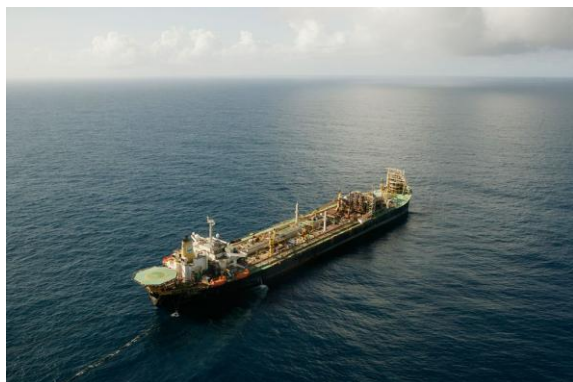
Os contratos assinados agora não são a primeira parceria entre a OceanPact e a estatal brasileira. Em dezembro de 2024, as empresas firmaram acordo de R\$ 697 milhões para afretamento do navio Ilha do Mosqueiro, do tipo OTSV (Offshore Terminal Support Vessel), igualmente por quatro anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2025

PETROBRAS TEM AO MENOS 3 PLATAFORMAS NO RADAR PARA REAPROVEITAMENTO

Por Danilo Oliveira Offshore 18/08/2025 - 19:02



Companhia pretende abrir, ainda em 2025, licitação para reaproveitar partes da P-37, como alternativa ao desmantelamento da unidade offshore. P-35 e P-47 também serão avaliadas sobre viabilidade de passarem por esse tipo de processo

A Petrobras tem três plataformas offshore no radar para passarem por processo de reaproveitamento, em vez de serem desmanteladas. A companhia pretende abrir, ainda em 2025, uma licitação para iniciar a primeira etapa de reaproveitamento da plataforma P-37, localizada na Bacia de Campos. A diretora executiva de

engenharia, tecnologia e inovação da Petrobras, Renata Baruzzi, disse, nesta segunda-feira (18), que, num primeiro momento, será feito o desmantelamento das partes que a empresa avaliar que não será utilizado e, paralelamente, será desenvolvido um projeto para usar esse casco.

Além da P-37, outras duas plataformas estão no radar: a P-35, talvez para 2026, e a P-47, na sequência, todas instaladas na Bacia de Campos. Questionada por jornalistas, a diretora também não descartou a P-19 entrando nessa lista. "Todas são candidatas. Temos 50 plataformas para descomissionar. Tirando aquelas fixas do Nordeste, todas as FPSOs são candidatas ao reaproveitamento, se tiver um projeto para ser usada", afirmou Renata, que participou de evento promovido pelo Estaleiro Mac Laren, no Rio de Janeiro (RJ).

A diretora explicou que o reaproveitamento de plataformas gerou acordos de entendimento com instituições para pensar em como será feito, por exemplo, a troca de chapas de aço, recertificação e topsides. "É uma forma de ajudarmos a empresa a ganhar musculatura e voltar para o jogo. Estamos bastante animados com essa alternativa", disse.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 117/2025
Página 61 de 61
Data: 18/08/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Renata contou que a empresa aprovou o conceito da P-37 na semana passada e que agora estão sendo feitos ajustes na documentação para que a licitação possa ir à rua. Ela acrescentou que uma RFI (request for information) foi encaminhada para mais de 100 empresas para saber se havia interesse deles em trabalhar nessa área e recebeu retorno positivo. Há expectativa é que o edital possa ser lançado dentro de dois meses.

A diretora ponderou que os estudos ainda são muito incipientes. "Voltamos com dois projetos para a mesa para estudar: a revitalização Marlim Sul/Marlim Leste e de Barracuda/Caratinga. Esses são dois naturais [candidatos] para ver se conseguimos usar esse casco para esses dois projetos", comentou Renata. Atualmente, a P-32 está sendo desmantelada no Estaleiro Rio Grande (RS) e duas plataformas (P-33 e P-26) estão acostadas no Porto do Açu (RJ).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/08/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 18/08/2025